

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**A EXPANSÃO DO TRABALHO FEMININO NO SETOR DE
SERVIÇOS: UMA ANÁLISE NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL**

ANDREZA VIEIRA

Florianópolis, Julho de 2007.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**A EXPANSÃO DO TRABALHO FEMININO NO SETOR DE
SERVIÇOS: UMA ANÁLISE NAS CINCO REGIÕES DO BRASIL**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia

Por: Andreza Vieira

Orientador: Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho

Palavras-chave: 1. Mercado de trabalho

2. Feminização do trabalho

3. Setor de serviços

Florianópolis, Julho de 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota para a aluna Andreza Vieira na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques
Presidente

Profa. Dra. Cláudia Lúcia Bisaggio Soares
Membro

Prof. Dr. Valdir Alvim da Silva
Membro

Aos meus pais Dalmiro e Lorete pelo eterno incentivo.

AGRADECIMENTOS

Quando penso em agradecer lembro desta mensagem, em que nada acontece, e ninguém aparece em nossas vidas por acaso.

“Cada um que passa em nossa vida,
passa sozinho, pois cada pessoa é única
e nenhuma substitui outra.
Cada um que passa em nossa vida,
passa sozinho, mas não vai só
nem nos deixa sós.
Leva um pouco de nós mesmos,
deixa um pouco de si mesmo.
Há os que levam muito,
mas há os que não levam nada.
Essa é a maior responsabilidade de nossa vida,
e a prova de que duas almas
não se encontram ao acaso”. (*Antoine de Saint-Exupéry*)

Deste modo quero agradecer a todos que passaram por minha vida, sem dúvida todos agregaram algo.

Primeiramente e em especial quero agradecer aos meus pais, que sempre foram sensacionais. Meus exemplos de sabedoria, caráter e dignidade. Obrigada pela educação que vocês me deram.

A duas pessoas Daniele e Daniel, que nada disto teria sido possível sem a ajuda e a generosidade constante deles, quero deixar aqui expresso o meu imenso agradecimento.

Ao esforço incansável de Luana e Claudete de me manter sorrindo e feliz quando o medo me assombrava.

As minhas amigas do início da universidade Danuza, Natasha, Júlia, Alice e Carla, pelas conversas jogadas fora, pelas gargalhadas, enfim, pelos diversos momentos passados nestes cinco anos de vida acadêmica.

A todos os amigos do estágio, em especial a Fernanda e a Giselly, nossas tardes de trabalho e muitas risadas ficarão guardadas para sempre em meu coração.

Ao professor Helton pela orientação na pesquisa do trabalho de conclusão de curso, e pelos gols oferecidos à comissão de formatura, na festa de confraternização.

E a todos os meus familiares, irmãos, sobrinho, tios, primos por sempre estarem torcendo por mim.

Minha eterna gratidão.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES.....	vii
LISTA DE GRÁFICOS.....	viii
LISTA DE TABELAS.....	ix
RESUMO.....	x
CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema da Pesquisa.....	12
1.2 Objetivo.....	12
1.2.1 Objetivo geral.....	13
1.2.2 Objetivo específico.....	13
1.3 Metodologia.....	13
1.3.1 Conceituação da RAIS.....	14
1.4 Estrutura do texto.....	16
CAPÍTULO 2 – AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DIANTE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA ECONÔMICO.....	17
2.1 Introdução.....	17
2.2 O processo de globalização.....	17
2.3 A Reestruturação produtiva.....	19
2.4 A feminização do trabalho.....	22
CAPÍTULO 3 - O SETOR SERVIÇOS NO BRASIL.....	26
3.1 Introdução.....	26
3.2 A importância do setor serviços na economia.....	26
3.3 O trabalho e o setor serviços no Brasil.....	32
CAPÍTULO 4 - O PAPEL DA MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO SETOR SERVIÇOS NO BRASIL.....	36
4.1 Introdução.....	36
4.2 Participação das mulheres no mercado de trabalho.....	36
4.2.1 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região.....	37
4.2.2 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região nordeste.....	38
4.2.3 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região sudeste.....	39
4.2.4 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região sul.....	40
4.2.5 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região centro-oeste.....	41
4.3 Gênero e remuneração média real.....	42
4.3.1 Descrição da remuneração média por gênero na região norte.....	43
4.3.2 Descrição da remuneração média por gênero na região nordeste.....	44
4.3.3 Descrição da remuneração média por gênero na região sudeste.....	45
4.3.4 Descrição da remuneração média por gênero na região	

	sul.....	46
4.3.5	Descrição da remuneração média por gênero na região centro-oeste.....	47
4.4	Gênero e faixa etária.....	48
4.5	Gênero e jornada de trabalho.....	50
4.6	Gênero, remuneração e nível de escolaridade.....	52
4.6.1	Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região norte.....	53
4.6.2	Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região nordeste.....	54
4.6.3	Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região sudeste.....	56
4.6.4	Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região sul.....	58
4.6.5	Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região centro-oeste.....	59
4.7	Análise comparativa.....	61
CAPÍTULO 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....		63
REFERÊNCIAS.....		65

LISTA DE ABREVIATURAS

MTE	Ministério do Trabalho e Emprego
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PIB	Produto Interno Bruto
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Trabalhadores por gênero na região norte no período de 1995 a 2005.....	38
Gráfico 2	Trabalhadores por gênero na região nordeste no período de 1995 a 2005.....	39
Gráfico 3	Trabalhadores por gênero na região sudeste no período de 1995 a 2005.....	40
Gráfico 4	Trabalhadores por gênero na região sul no período de 1995 a 2005.....	41
Gráfico 5	Trabalhadores por gênero na região centro-oeste no período de 1995 a 2005.....	42
Gráfico 6	Remuneração média por gênero na região norte de 1995 a 2005.....	44
Gráfico 7	Remuneração média por gênero na região nordeste de 1995 a 2005.....	45
Gráfico 8	Remuneração média por gênero na região sudeste de 1995 a 2005.....	46
Gráfico 9	Remuneração média por gênero na região sul de 1995 a 2005.....	47
Gráfico 10	Remuneração média por gênero na região centro-oeste de 1995 a 2005.....	48

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Trabalhadores no Setor de Serviços por Faixa Etária em 1995.....	49
Tabela 2	Trabalhadores no Setor de Serviços por Faixa Etária em 2005.....	49
Tabela 3	Trabalhadores no Setor de Serviços por Horas Contratadas em 1995.....	51
Tabela 4	Trabalhadores no Setor de Serviços por Horas Contratadas em 2005.....	51
Tabela 5	Distribuição percentual de postos formais de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região norte nos anos de 1995 e 2005.....	54
Tabela 6	Distribuição percentual de postos formais de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região nordeste nos anos de 1995 e 2005.....	56
Tabela 7	Distribuição percentual de postos formais de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região sudeste nos anos de 1995 e 2005.....	57
Tabela 8	Distribuição percentual de postos formais de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região sul nos anos de 1995 e 2005.....	59
Tabela 9	Distribuição percentual de postos formais de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região centro-oeste nos anos de 1995 e 2005.....	60

RESUMO

VIEIRA, Andreza. **A expansão do trabalho feminino no setor de serviços: uma análise nas cinco regiões do Brasil**. 2007. 68 páginas. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Ao longo das últimas décadas do século XX ocorreram mudanças na economia mundial, com impactos diretos sobre as relações de comércio, produção e trabalho. Estas mudanças também aconteceram no Brasil, constituindo assim um ambiente favorável para a entrada de novos trabalhadores no mercado de trabalho, inclusive do sexo feminino. Este tema tem grande relevância e exige pesquisas no sentido de analisar qual o impacto nas relações de trabalho. O presente estudo tem o objetivo de analisar a expansão do trabalho feminino no setor serviços, nas regiões brasileiras. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura sobre as mudanças estruturais ocorridas no sistema econômico. A pesquisa é de caráter analítico-descritivo, uma vez que levantou dados sobre o mulher no mercado de trabalho no setor serviços, nas cinco regiões do Brasil. O levantamento de dados do trabalho feminino nas regiões brasileiras foi realizado com base em diversas variáveis como faixa etária, jornada de trabalho, nível de escolaridade e remuneração, para poder visualizar o impacto das mulheres no mercado de trabalho do setor serviços nas regiões brasileiras. A principal conclusão do estudo é a continuidade da disparidade salarial entre homens e mulheres em que estas, na relação de gênero continuam em desvantagem em todas as regiões do país, já que recebem rendimentos consideravelmente menores que os homens.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Feminização do trabalho. Setor de serviços.

CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO

1.1 Problema da pesquisa

A participação da mulher na economia mundial, embora venha tomando rumos bem diferentes do esperado, tem aumentado fortemente nos últimos anos, seja por necessidades financeiras da família ou por auto-estima.

A mulher não é mais minoria no mercado de trabalho. Se sobressai nos afazeres do lar, porém no mercado de trabalho, ainda é vista como inferior; vista como uma pessoa incapaz de produzir, de desempenhar de maneira efetiva as tarefas que a ela são destinadas.

A dupla jornada de trabalho desempenhada pela maioria das mulheres e salários abaixo do valor dos homens, apresenta uma pessoa que mesmo com grau de qualificação maior, muitas vezes, é capaz de desenvolver atividades na sociedade como um todo, tanto quanto seu sexto oposto.

Atualmente a mulher é altamente capacitada a desenvolver quaisquer funções. Possui formação escolar adequada e qualificação suficiente para trabalhar em grandes empresas, porém seu sexo a impede, muitas vezes, de ocupar posições privilegiadas.

A era da globalização trouxe modificações estruturais que são sentidas em todo o mundo; exigindo dos países e pessoas envolvidos, certa adaptação à esse novo movimento. Foi através da reestruturação produtiva, da nova forma de produção do capital que a globalização toma forma. Através da competição entre as nações capitalistas observa-se à discriminação, o controle dos mais fortes perante os que possuem menos poder.

O capital ocasionou, então, várias mudanças no processo produtivo, por meio da constituição da forma de acumulação flexível, das formas de gestão organizacional, do avanço tecnológico e dos modelos alternativos taylorismo/fordismo, em que se destaca especialmente o “toyotismo” ou modelo japonês (ANTUNES, 2002).

Essa transição para o modo de acumulação flexível está marcada pela luta das mulheres em prol a um reconhecimento no mercado de trabalho.

GARBIN (2006, p. 11) destaca em Harvey (1992, p. 146) que:

A transição para a acumulação flexível foi marcada, na verdade, por uma revolução (de modo algum progressista) no papel das mulheres nos mercados e processos de trabalho num período em que o movimento de mulheres lutava

tanto por uma maior consciência como por uma melhoria das condições de um segmento que hoje apresenta mais de 40 por cento da força de trabalho em muitos países capitalistas avançados.

Apesar da reestruturação produtiva capitalista ter início em países desenvolvidos na década de 1980, no Brasil, como a maioria dos países subdesenvolvidos (com uma economia retardatária em relação aos desenvolvidos), só veio a participar deste processo uma década depois.

Essa reestruturação produtiva capitalista, baseada no processo de produção toyotista ocidentalizado, ligado à flexibilização de trabalho e contratos trabalhistas, trouxe como resultado a precarização do trabalho.

Na medida em que avançou o processo de urbanização, cresceu a capacidade de gasto das famílias e foram desenvolvendo-se novos estilos de vida. O setor de serviços cresceu quantitativamente e qualitativamente. Apesar das dificuldades de mensuração e caracterização deste setor, atualmente este é responsável por grande parte da geração de emprego e riqueza dos países. Com o avanço da revolução microeletrônica, que se acelerou a partir da década de 60, o setor serviços apresentou intenso crescimento, processo que constituiu uma tendência geral, visível para a totalidade das economias nacionais.

Diante destas evidências, o presente estudo busca interpretar tanto as mudanças que vêm ocorrendo no mundo do trabalho nas últimas décadas quanto as diferentes relações de trabalho entre homens e mulher no setor de serviços, fazendo uma análise comparativa entre as cinco regiões brasileiras.

1.2 Objetivos

1.2.1 Geral

Analisar a expansão do trabalho feminino no setor serviços, nas regiões brasileiras nos anos de 1995 a 2005.

1.2.2 Específicos

- a) Identificar as principais transformações no mercado de trabalho feminino;
- b) Verificar as principais mudanças no setor de serviços nas últimas décadas;
- c) Analisar a evolução da inserção da mulher no mercado formal de trabalho no Brasil, considerando o comportamento de variáveis que compõem o mercado de trabalho, tais como, nível de escolaridade, faixa etária, jornada de trabalho e remuneração; através de uma análise regional.

1.3 Metodologia

A monografia é um trabalho de caráter acadêmico e deve sempre trazer uma contribuição científica. Para Beuren (2004, p. 41), “ela necessita apresentar de forma sistemática e ordenada um melhor entendimento sobre um ou mais aspectos de determinado tema dentro da área da ciência”.

Martins e Lintz (2000, p. 21) definem monografia como sendo: “um documento técnico científico, que, por escrito, expõe a reconstrução racional e lógica de um tema. Sua qualidade é evidenciada pela originalidade e criatividade mostradas pelo autor quando expõe sua leitura e interpretação do conteúdo tematizado”.

Em relação aos procedimentos e técnicas utilizados para a realização da monografia é que Marconi e Lakatos (2003, p. 163) afirmam:

A seleção do instrumental metodológico está, portanto, diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

A metodologia utilizada foi a de um estudo analítico-descritivo, a partir de um aspecto teórico-empírico, que -se apóia na literatura especializada sobre o tema, junto ao

caráter quantitativo impresso pela utilização de dados estatísticos que permitem acompanhar a evolução da mulher no mercado de trabalho brasileiro.

Quanto aos procedimentos da pesquisa, o trabalho tem como referência os microdados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), disponíveis em CD-ROM e que serão apresentados através de gráficos e dados em tabelas numéricas para análise.

1.3.1 Conceituação da RAIS

Segundo o MTE, a Relação Anual de Informações sociais (RAIS) é uma das principais fontes de informações sobre o mercado de trabalho formal brasileiro, em que visa suprir as necessidades de controle, de estatísticas e de informações às entidades governamentais da área social através de um censo anual. Os dados fornecidos pela RAIS instituem significativos insumos para o atendimento das necessidades da legislação da nacionalização do trabalho; de controle dos registros do FGTS; dos sistemas de Arrecadação e de Concessão e Benefícios Previdenciários; de estudos técnicos de natureza estatística e atuarial; de identificação do trabalhador com direito ao abono salarial PIS/Pasep.

A RAIS possui as seguintes características básicas:

- a) Natureza do levantamento: Registro Administrativo;
- b) Periodicidade: anual (as declarações são prestadas geralmente no período de janeiro a fevereiro e referem-se ao ano anterior);
- c) Abrangência geográfica: todo o território nacional;
- d) Desagregação geográfica: Brasil, Regiões Naturais, Unidades Federativas, Regiões Metropolitanas e Municípios;
- e) Cobertura: cerca de 97% do universo do mercado formal brasileiro;
- f) Principais variáveis investigadas: empregos em 31 de dezembro segundo gênero, faixa etária, grau de escolaridade, tempo de serviço e rendimentos, desagregados em nível ocupacional, geográfico e setorial.

Contêm informações sobre o número de empregos por tamanho de estabelecimento, massa salarial e nacionalidade do empregado;

- g) Número de estabelecimentos declarantes: segundo os dados de 2005, entre os estabelecimentos que declararam a RAIS, cerca de 3,8 milhões correspondem a RAIS Negativa e 2,7 milhões a RAIS com vínculos empregatícios;
- h) Rendimentos: representa a remuneração média nominal ou em salários mínimos, no período vigente do ano-base da força de trabalho empregada. Para efeito estatístico, não são consideradas as remunerações referentes ao 13º salário.

Alguns dos principais conceitos utilizados pela RAIS são:

a) Vínculos empregatícios, número de trabalhadores

De acordo com o MTE, compreendem-se por vínculos empregatícios as relações de emprego, estabelecidas sempre que ocorre trabalho remunerado. O número de empregos em determinado período de referencia corresponde ao total de vínculos empregatícios efetivados. O número de empregos difere do número de pessoas empregadas, uma vez que o indivíduo pode estar acumulando, na data de referência, mais de um emprego.

b) Faixa etária

O enquadramento dos vínculos na faixa etária considera os anos completos em 31 de dezembro.

c) Remuneração média mensal em salário mínimo

A remuneração média mensal em salários mínimo é definida como a média aritmética das remunerações individuais no mês de referência, convertidas em salários mínimos, no período vigente do ano-base; Integram essa remuneração os salários, ordenados, vencimentos, honorários, vantagens, adicionais, gratificações, etc. Está

excluída a remuneração do 13º salário.

1.4 Estrutura do texto

Para simplificar a composição do presente trabalho, o texto foi dividido em quatro capítulos, mais as considerações finais e referências bibliográficas.

O capítulo primeiro apresenta a introdução do trabalho, quem contém o problema de pesquisa, os objetivos, e a metodologia adotada na elaboração do trabalho.

O segundo capítulo refere-se à revisão bibliográfica, abordando, brevemente, as transformações econômicas no mundo do final do século XX, a globalização, o processo de reestruturação produtiva, e a feminização do trabalho.

O terceiro capítulo descreve, o papel do setor de serviços no Brasil, bem como a importância do mercado de trabalho desta atividade na economia.

No capítulo quarto destaca-se o mercado formal de trabalho nas cinco regiões brasileiras, com ênfase na inserção da mulher no setor de serviços. Analisam-se os dados obtidos através da Relação Anual de Informações sociais (RAIS) nos anos de 1995 a 2005.

CAPÍTULO 2 – AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO DIANTE DAS MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO SISTEMA ECONÔMICO

2.1 Introdução

Este capítulo tem como objetivo discutir sucintamente algumas mudanças ocorridas na economia mundial no final do século XX, evidenciando a globalização, a reestruturação produtiva e a questão da feminização do mercado de trabalho.

O capítulo divide-se em três seções. Na primeira, é apresentado o conceito de globalização e algumas mudanças que ocorreram por conta desta no cenário mundial; a segunda expõe o impacto da reestruturação produtiva no mercado de trabalho; e por fim, é abordada a feminização do mundo do trabalho, observando a inclusão da mulher neste.

2.2 O Processo de Globalização

A expressão globalização se justifica por assinalar o rápido processo de internacionalização, que faz parte da própria composição do capitalismo desde sua origem através da criação do mercado mundial, que possibilitou a existência e o desenvolvimento do mesmo. A globalização pode ser entendida como uma etapa de aceleração da história de ampliação constante no sistema. Além disto, é caracterizada pelo acirramento da concorrência internacional, pela centralização de capitais (por meio de fusões e associações imensas) e por uma concentração de poder político e econômico (CARDOSO, 2004).

Para Alves (1999) um aspecto relevante do processo de globalização é o desenvolvimento de um novo modelo tecnológico, ressaltando a rápida propagação das novas tecnologias de informação e comunicação. Além de permitirem a acelerada comunicação, processamento, armazenamento e transmissão de informações a nível mundial a custos decrescentes essas tecnologias, encontram-se no alicerce técnico do que se assentou denominar de terceira revolução tecnológica. Com a junção da desregulação dos mercados (principalmente dos sistemas financeiros e de capitais) e com as tecnologias

da informação formaram-se os elementos indutores do processo de globalização.

Castells (1999, p. 50) diz que:

O processo atual de transformação tecnológica expande-se exponencialmente em razão de sua capacidade de criar uma interface entre campos tecnológicos mediante uma linguagem digital comum na qual a informação é gerada, armazenada, recuperada, processada e transmitida. Vivemos em um mundo que se tornou digital.

Os efeitos do mundo globalizado sobre a cultura, a forma de trabalho e a informação, mostram que as relações tornaram-se multifacetadas, voláteis e influenciadoras. O mesmo autor afirma que no final do século XX a sociedade vive em um dos momentos de intervalos entre a história (marcado por eventos importantes) que determinará uma era mais estável. Esse intervalo tem como característica "a transformação de nossa 'cultura material' pelos mecanismos de um novo paradigma tecnológico que se organiza em torno da tecnologia da informação" (CASTELLS, 1999, p.49)

Ainda segundo Castells (1999, p. 17):

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico, por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e pela individualização da mão-de-obra.

Um dos resultados negativos deste processo, segundo Cardoso (2004) refere-se ao aumento das desigualdades entre as nações, como as sociais, a expansão do desemprego estrutural, o crescimento da pobreza, dentre vários outros fatores de exclusão que vem aumentando.

Mattei (2002, p. 98) afirma que:

É no campo social, entretanto, que os efeitos da globalização econômica tornam-se mais visíveis, recolocando com maior vigor as questões da exclusão e inclusão social (...) nesse sentido a globalização está dando origem a uma nova divisão internacional do trabalho, com impactos diretos sobre o volume de emprego e sobre os níveis de desemprego.

Para Pochmann (2002) ao mesmo tempo que a nova Divisão Internacional do Trabalho estabelece fronteiras à dinâmica dos bons empregos aos países pobres, incidi, paralelamente, a elevação no grau de desigualdade na distribuição da renda entre as populações dos distintos grupos de países.

A nova divisão internacional do trabalho, determinada pelo processo de globalização econômica, se de um modo formou as bases para um novo estágio de acumulação de capital e crescimento econômico, de outro, piorou as diferenças sociais e a pobreza, abrindo espaço para um conjunto de precariedades sociais sobretudo no mundo do trabalho.

2.3 A Reestruturação Produtiva

De acordo com Mattei e Venturi (2007) o final do século XX foi marcado por fortes mudanças políticas e econômicas. A dinâmica do sistema de produção capitalista foi transformada pela desregulamentação dos mercados financeiros e pela ascensão da ideologia neoliberal, vinculada à globalização.

O empenho de reestruturação das empresas e a concorrência intercapitalista são partes da terceira revolução industrial (POCHMANN, 2002). As novas formas de organização da empresa capitalista e o avanço tecnológico encontram-se na base da recuperação da produtividade e no processo de reestruturação, que teve início em resposta à crise nos anos de 1970.

Sobre este processo, Kon (1999) expõe que as acelerações do progresso tecnológico e de globalização econômica repercutiram consideravelmente sobre a natureza dos processos produtivos, sobre a composição interna dos setores e sobre a evolução e tipo do produto. Esta dinâmica teve impactos transformadores sobre as condições e a natureza do trabalho em todos os setores econômicos.

Para Antunes (2002) a reestruturação do capital teve início com a crise do sistema taylorista/fordista, causada pelo ressurgimento de ações ofensivas no mundo do trabalho e o conseqüente transbordamento da luta de classes.

Segundo Andrade (2004) esta reestruturação produtiva provocou expressivas mudanças, tanto na estrutura ocupacional quanto nos requerimentos de qualificação do trabalho, determinando a necessidade de alterações na orientação de políticas públicas e empresariais, de formação profissional e de treinamento de trabalhadores.

O papel desta, na ótica neoliberal, segundo Dedeca (1998, p. 274) é definido como:

(...) a tendência de flexibilização das relações de trabalho, caracterizada pela perda de espaço da regulação pública para aquela que se realizava nos espaços privados das empresas (...) considera-se fundamental que as empresas tenham a capacidade de reorganizar rapidamente o processo de trabalho e, conseqüentemente, as funções e as tarefas que cada trabalhador realiza.

A flexibilização do mercado de trabalho tem sido apontada como uma dimensão crucial do processo, como meio de permitir a adaptação das empresas às mudanças de mercado. As políticas públicas também foram redirecionadas, tanto em países desenvolvidos quanto nos menos avançados, para eliminar pontos de rigidez que poderiam bloquear as operações dos mercados de produtos e de trabalho (KON, 2002).

Pedroso (2006) diz que as transformações ocorridas no sistema produtivo alteraram de maneira significativa a organização das empresas, modificando seus modelos organizacionais para que se adaptassem às condições de imprevisibilidade, ocasionadas pelas transformações econômicas e tecnológicas. Nesse sentido, Castells (1999) acrescenta que:

(...) a principal mudança pode ser caracterizada como a mudança de burocracias verticais para a empresa horizontal. A empresa horizontal parece apresentar sete tendências principais: organização em torno do processo, não da tarefa; hierarquia horizontal; gerenciamento em equipe; medida do desempenho pela satisfação do cliente; recompensa com base no desempenho da equipe; maximização dos contatos com fornecedores e clientes; informação, treinamento e retreinamento de funcionários em todos os níveis.

Segundo o autor as transformações nas relações de trabalho e na produção do capital nesta década foram decorrentes dos avanços tecnológicos da automação, da robótica e da microeletrônica. A produção em série e de massa vão sendo substituídas pela produção e especialização flexíveis, em que a busca por maiores níveis produtivos é calcada por novas formas adequadas ao mercado.

As repercussões das transformações no mundo do trabalho e na classe trabalhadora devem ser consideradas, visto que um sistema de trabalho flexível necessita de um sistema de regulação flexível, com “novas formas de estruturação” (IAMAMOTO, 2003 apud ANDRADE, 2004).

Novos padrões de gestão na administração da força de trabalho da época emergem, como por exemplo os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa” e a busca pela “qualidade total”. Estas formas de gestão tornam-se visíveis não apenas no Japão, expandindo-se e migrando para diversos países de capitalismo avançado e do

Terceiro Mundo industrializados. O toyotismo modifica ou até mesmo substitui o modelo fordista (dominante na época) presente em várias partes do capitalismo globalizado (ANTUNES, 1997).

Sobre o toyotismo, Cardoso (2004, p. 80-81) diz que:

A produção é flexível, isto é, fabricam-se muitos modelos, porém em pequenas quantidades. A reposição do produto ocorre à medida que ele vai sendo consumido. Ou seja, a produção só acontece se estiver ocorrendo o consumo. É o sistema *just-in-time*, que envolve fornecedores, interior da fábrica e comercialização. As empresas trabalham com estoque de dias ou mesmo horas. O *kanban*, que é uma plaqueta informativa que alimenta o funcionamento da produção *just-in-time*, possibilita um fluxo contínuo entre fornecedores de componentes e a fábrica.

Ouriques e Ramos (2006) destacam em Harvey (1993) como uma das principais características do modelo acumulação flexível a mudança da estrutura do mercado de trabalho. Como também a existência de um centro e de uma periferia; sendo o centro caracterizado por trabalhadores em tempo integral, condição permanente e posição essencial para o longo prazo da organização. A periferia seria composta por dois subgrupos: o primeiro composto por empregados em tempo integral, com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho menos especializado; e o segundo grupo, oferece um número ainda maior de empregados, incluindo aqueles com tempo parcial, casuais, contratos por tempo determinado, temporários, subcontratação e treinados com subsídio público.

Segundo Castells (1999) a forma de organização empresarial em rede admite a terceirização e a subcontratação como modos de ter o trabalho efetuado externamente em uma adaptação flexível às condições do mercado. O autor irá dizer que as tendências tecnológicas promovem todas as formas de flexibilidade, o que evolui para uma flexibilidade generalizada multifacetada em relação às condições de trabalho e aos trabalhadores, tanto para trabalhadores super especializados quanto para os sem especialização. O que levou a uma crise entre o trabalho e a sociedade.

Se do ponto de visto do mercado de trabalho a reestruturação produtiva tem flexibilizado o emprego, no que se refere ao processo de trabalho o objetivo das empresas é a organização flexível da produção. Segundo Cardoso (2004) destaca em Hirata (1999) a flexibilidade está dividida com a divisão sexual do trabalho. Baseando-se em dados internacionais, a autora observa que a flexibilidade interna (polivalência, rotação e integração de tarefas, e trabalho em equipe) é exercida por homens; já a flexibilidade

externa (empregos precarizados, de tempo parcial, horários flexíveis e tempo de trabalho anualizado) é garantida por mão-de-obra feminina. Assim, a flexibilidade do processo e da organização do trabalho acaba ocorrendo para aumentar as desigualdades sexuais no mercado, caracterizando uma espécie de justaposição nas empresas, entre o trabalho taylorista, desempenhado pelas mulheres, e o trabalho flexível, realizado por homens.

A questão de gênero acrescenta uma nova perspectiva à essa análise de flexibilidade, pois cada uma dessas formas recebe forte influência do sexo do trabalhador (KON, 2002).

2.4 A Feminização do trabalho

As transformações sociais, econômicas e políticas que repercutiram no modelo “patriarcal” de família se tornaram mais intensas e aparentes na década de 80, quando acentuaram-se as mudanças nos processos de produção manufatureira dos países industrializados. Neste período tornou-se visível a expansão dos serviços e dos setores informação, ao mesmo tempo em que a integração de mercados globalizados e a transferência do modelo de *welfare state* keynesiano partiu para novos caminhos da política pública e da visão de economia política. O processo de reestruturação econômica e as transformações nas instituições sociais e políticas que foram postas em prática desde então, trouxeram consigo a necessidade de uma discussão mais detalhada sobre a questão de gênero nas relações econômicas, considerada como uma dimensão relevante das mudanças históricas, que merecem a atenção diferenciada das políticas públicas (KON, 2002).

Nos anos 80 e 90 a mundialização do capital emitiu efeitos complexos e contraditórios, afetando desigualmente o emprego, na questão de gênero. Em relação aos homens, houve uma estagnação e/ou até mesmo uma regressão; em contrapartida, as mulheres tiveram um aumento no número de trabalhos remunerados. Paradoxalmente, apesar de ocorrer um aumento na inserção da mulher trabalhadora (tanto no mercado de trabalho formal quanto no informal) este é observado em áreas em que predominam os empregos precários e vulneráveis (NOGUEIRA, 2004).

Mészáros (2004) ao abordar os limites absolutos do capital, diz que a entrada em massa das mulheres na força de trabalho durante o século XX, apesar de ter mostrado-se

significativa (já que atualmente elas já chegam a constituir maioria nos países de capitalismo avançado), não resultou em sua emancipação. Segundo o autor aconteceu o inverso, já que surgiu uma tendência de generalização dos baixos salários, aos quais as mulheres sempre tiveram que se submeter.

Vieira (2006, p. 23), destaca em Stein (2000, p. 13) que:

A justificativa ideológica da exploração das mulheres está no fato que elas necessitavam menos de trabalho e de salários do que os homens porque, supostamente, tinham ou deveriam ter quem as sustentasse. Assim, a inserção feminina no mundo do trabalho se dá através das remunerações mais baixas, com as mulheres ocupando postos tidos como de menor qualificação ou desqualificados.

Segundo a mesma autora a diferenciação salarial entre homens e mulheres, mesmo ocupando setores de atividade semelhantes, não tem relação com as diferenças de habilidades ou força física, mas está no caráter social vigente até hoje nas sociedades; em que o sustento é atribuído ao homem, enquanto a mulher fica responsável pelos cuidados com a casa e a família.

Sobre isto, Hirata (2002) fala que, desde o nascimento a menina é educada para respeitar os homens, que serão os primeiros a serem servidos à mesa e a ter os melhores pedaços, os primeiros a entrar no banho, a regra da obediência da jovem ao pai, da esposa ao marido e da idosa ao filho mais velho.

As relações entre *gênero* e a *classe* nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo a reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma *construção social sexuada*, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a família e a escola, *diferentemente* qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho (ANTUNES, 2002, p. 109).

A segmentação entre os homens e as mulheres é parte integrante da divisão social do trabalho. De um ponto de vista histórico, pode-se observar que a estruturação atual da divisão sexual do trabalho (trabalho assalariado/ trabalho doméstico, fábrica-escritório/ família) surgiu simultaneamente ao capitalismo, e que a relação assalariada não poderia estabelecer-se na ausência do trabalho doméstico. Desde o surgimento do capitalismo até o período atual, as modalidades de divisão do trabalho entre os sexos, tanto no trabalho assalariado quanto no trabalho doméstico, evoluem no tempo de acordo com as relações de produção (HIRATA, 2002).

A participação das mulheres no mercado de trabalho sempre foi inferior à dos homens. A tradição cultural, que define o homem como o provedor da família e, portanto, o

responsável por trabalhar fora e ganhar o seu sustento e a mulher, como a responsável pelos filhos e pela execução dos serviços domésticos sempre foi um fator determinante para que poucas mulheres fossem a procura de trabalho (DIEESE, 2001).

Castells (1999a) afirma que as novas gerações estão sendo socializadas fora do padrão tradicional da família patriarcal e expostas, já na infância, a necessidade de adaptarem-se a ambientes estranhos e aos diferentes papéis exercidos pelos adultos. A evasão em direção a uma sociedade aberta e em rede levava a ansiedade individual e a violência social, até que novas formas de coexistência e responsabilidade compartilhada sejam encontradas, unindo homens, mulheres e crianças na família reconstituídas, ou seja, uma família formada em condições de igualdade, mais adequada a mulheres liberadas, crianças bem informadas e homens indecisos.

O desejo de realização pessoal, a necessidade de compor a renda familiar ou a obrigação de assumir a responsabilidade total da família (pelo desemprego ou ausência do cônjuge) são alguns dos fatores que contribuíram para que, ao longo das últimas décadas do século XX, a taxa de participação feminina se mostrasse crescente (DIEESE, 2001).

Ao ingressar no mercado de trabalho as mulheres em todo o mundo enfrentam barreiras a serem transpostas. Poucas são alçadas a cargos na hierarquia mais elevada do mercado de trabalho, além de serem destinados as mesmas postos de trabalho localizados, preferencialmente, nas áreas mais tradicionalmente ligadas à atividade feminina: funções no setor de serviços, associadas à educação de crianças e jovens; aos cuidados da saúde; aos serviços de limpeza; no trabalho social; no comércio de mercadorias ou em atividades agrícolas (DIEESE, 2001 p. 104).

De acordo com Antunes (2002) a expansão do trabalho feminino mostra-se com significado inverso quando trata-se da temática salarial. A desigualdade de salário oferecido às mulheres contradiz-se à sua crescente participação no mercado de trabalho; seu potencial de remuneração é bem menor do que aquele auferido pelo trabalho masculino e seus direitos e condições de trabalho são diferentes daqueles concedidos aos homens.

Segundo Vieira (2006) que destaca Kon (1997) as mudanças estruturais que estão acontecendo na natureza do emprego e a participação feminina no mercado de trabalho decorre-se a três aspectos: a substituição dos postos de trabalho anteriormente ocupados por homens, a expansão de setores que tradicionalmente utilizam intensiva mão-de-obra feminina e, por fim, o aumento das formas de emprego associadas as mulheres, como por exemplo, aquelas de tempo parcial, temporários e informal.

Para Castells (1999a) a forte entrada das mulheres na força de trabalho remunerado

deve-se, por um lado, à informatização, conexão em rede e globalização de economia e, de outro, à segmentação do mercado de trabalho por gênero, em que são aproveitadas as condições sociais específicas da mulher para elevar a produtividade, o controle gerencial e, conseqüentemente, os lucros.

De acordo com Carloto (2002) existem ocupações tidas como femininas que oferecem menor prestígio e remunerações inferiores às oferecidas aos homens. Apresentam-se no setor de atividades, em que as mulheres concentram-se na prestação de serviços, no setor social, na agricultura, no comércio e na indústria. Ocupam posições também no setor público (que se apresenta em expansão), ocupando atividades de ensino, saúde e previdência.

Um aspecto a ser considerado em relação à concentração do trabalho feminino no setor terciário diz respeito aos critérios determinantes da divisão sexual dos cargos ocupados que remetem, neste caso, tanto no nível das representações simbólicas identificando as mulheres aos serviços sociais anteriormente citados, quanto à desqualificação e segmentação no processo de trabalho (LOBO, 1991).

O aumento da ocupação de mulheres no segmento formal, porém, não alterou a sua participação no segmento informal da economia. Segundo Carloto (2002) observa em Harvey (1992) uma das conseqüências da redução do emprego regular é a crescente utilização do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, que atinge principalmente as mulheres.

Embora Lobo (1991) destaque os aspectos referentes às condições de precariedade do trabalho feminino, a mesma fala sobre o aumento da presença das mulheres em atividades que representam maior prestígio e remuneração, como por exemplo a medicina e o direito.

Deste modo, segundo o relatório da OIT – Organização Internacional do Trabalho (2007) as desigualdades de gênero estão diminuindo, porém de forma lenta. Os progressos evidenciados neste mostram que é possível gerar trabalho decente e produtivo para as mulheres; significando além da colocação do emprego como prioridade das políticas econômicas e sociais, a necessidade de reconhecimento dos desafios enfrentados pelas mulheres no mundo do trabalho, que requerem intervenções adequadas às suas necessidades específicas.

CAPÍTULO 3 – O SETOR SERVIÇOS NO BRASIL

3.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é apresentar o setor de serviços no contexto das mudanças globais. Para tanto, este capítulo está dividido em duas seções.

Na primeira seção serão abordados conceitos sobre o setor de serviços, o papel deste na economia dos países, destacando o Brasil.

A segunda seção apresenta as transformações ocorridas no mundo do trabalho neste setor.

3.2 A importância do setor serviços na economia

Para Meirelles (2006) um atributo característico do serviço é a utilização intensiva de recursos humanos, restringindo ao trabalho. Além disto, esta visão de serviço como um produto intangível, é alicerçada em habilidades manuais (serviços tradicionais) ou no uso intensivo de informação e conhecimento (serviços modernos).

Orban (2005, p. 14) expõe que:

O serviço exerce-se num suporte que não pertence ao prestador de serviço (...), esse suporte pode ser: um bem (conserto, manutenção, transporte etc.); dinheiro, títulos monetários, securitização dos riscos de contratos de seguros; um indivíduo em suas dimensões físicas (saúde, transporte, etc.); um conjunto de conhecimentos coletivos ou de informações (instituições, pesquisa etc.). Assim, de acordo com os suportes, os serviços podem ser mais ou menos padronizados, porém, nem por isso deixarão de ser serviços ou se tornarão produtos.

Sobre o conceito de serviços Castells (1999) diz que, serviços envolve tudo que não é agricultura, mineração, construção, empresas de serviço público ou indústria. Desde modo, a categoria de serviços inclui atividades de todas as formas, historicamente originárias de várias estruturas sociais e sistemas produtivos.

Para compreender melhor o setor serviços, deve-se analisá-lo de forma desagregada, verificando formas que modelam seu crescimento: os serviços finais privados

(que dependem do consumidor individual no mercado) são influenciados pelo grau de urbanização e modificações demográficas, serviços intermediários (prestados às empresas) cuja expansão depende das decisões dos produtos e bens e de serviços públicos, cuja demanda depende de decisões eminentemente políticas, definidas pela sociedade (MELO et al., 1998).

Ainda, segundo os mesmo autores, vários problemas apresentados referem-se à avaliação e a valorização do produto do setor serviços resultantes, em grande parte, das especificidades de suas atividades. Isto porque, na maior parte dos casos, seus produtos não competem serem medidos em termos físicos e oferecem elementos qualitativos que dificultam a comparação intertemporal de séries de produção.

O setor serviços compõe-se por um grande número de atividades que apresentam uma heterogeneidade importante quanto à natureza, funções, relação capital/trabalho, nível de qualificação estabelecido dentre outras variáveis. Sendo assim, pode-se agrupar algumas atividades em determinadas classes, unindo funções e outras características comuns, acarretando implicações semelhantes no que diz respeito ao papel representado no processo de desenvolvimento. Atividades que possuem alto nível de tecnologia e de relação capital/trabalho necessitam de mão-de-obra qualificada, já que fornecem mais efetivamente serviços às empresas, como por exemplo, aquelas que atuam nas atividades financeiras, de comunicação, saúde, serviços auxiliares, ensino e pesquisa (KON, 2007).

Uma característica importante do serviço, que Orban (2005) observa em Gadrey (1991) consiste no fato dele apresentar dois níveis: o serviço imediato e o resultado. O serviço imediato é medido por uma apreciação direta da atividade de prestador (qualidade do atendimento, rapidez da execução, tempo de espera) e o resultado, dependente especialmente do beneficiário e de sua capacidade em tirar proveito de serviço imediato.

Orban (2005) destaca em du Tertre (2002) que o serviço, ação de um prestador em um apoio que concerne a um beneficiário, apresenta cinco características:

- a) As propriedades do suporte modificadas são ou tangíveis (transporte, banco); ou intangíveis (saúde, formação);
- b) Co-produto, mesmo que seja apenas para dar informações necessárias à prestação de serviço;
- c) O serviço não pode ser estocado, a produção do prestador de serviço e a apropriação do favorecido desenvolvem em tempo real;
- d) O serviço muitas vezes, efetua-se em tempo sincronizado;

- e) Na operação comercial que segue a prestação de serviços, não existe transferência do direito de propriedade.

No âmbito da economia mundial, a expansão das atividades de serviços constituiu uma das mais importantes mudanças introduzidas no cotidiano humano do século XX. A presença de um setor serviços quantitativamente acentuado em algumas economias, não está fundamentalmente integrada às etapas avançadas de desenvolvimento (MELO et al., 1998).

Para Baltar (2005) o crescimento da importância das atividades de prestação de serviços na criação de ocupação e renda é uma tendência geral, porém, são acentuadas as diferenças em termos de experiências nacionais, manifestando a diversidade de avanços tecnológicos, organizacionais, na vida social e no próprio mercado de trabalho, principalmente aquelas perceptíveis nos grandes agrupamentos urbanos que concentram a população.

Os processos de desenvolvimento de acordo com Melo et al (1998) estão aliados à um aumento da importância da economia dos serviços. Por outro lado, países com distintos graus de desenvolvimento e diferentes patamares de renda per capita podem ter participações dos serviços nos PIBs muito parecidos. Assim, um setor serviços relevante quantitativamente não mostra, basicamente, modernidade econômica.

Em função de elementos estruturais, tais como a centralização da propriedade fundiária e a insuficiência do desenvolvimento industrial (presentes em economias subdesenvolvidas), pode-se observar um “inchaço” no setor terciário pelo fato deste não absorver camadas crescentes da população banida do campo. Nessa perspectiva, grande parte das atividades tradicionais de serviços seriam as únicas possibilidades de ocupação de amplos setores da população com de baixa qualificação significando, conseqüentemente, subemprego e exclusão social (MELO et al., 1998).

Segundo os mesmos autores, a diversidade dos serviços e, portanto, as especificidades de suas questões tem sido potencializadas por este processo de transformação, inserido pelo novo paradigma econômico-tecnológico. No centro disto, está a transformação microeletrônica, apresentada por novos produtos e causadora de um processo de reestruturação industrial, marcado por avanços expressivos de produtividade e pela globalização das atividades econômicas. Assim, o uso de novas tecnologias vem determinando o aparecimento de novos serviços e fazendo de muitos deles insumos fundamentais para os demais setores econômicos, particularmente para a indústria.

Sobre isto, verifica-se que o grande valor do setor não está somente em seu volume

em termos de renda e emprego, mas também por vários de seus segmentos estarem proporcionando insumos importantes ao setor industrial, como por exemplo seguros, telecomunicações, transportes e todo o setor bancário.

Sobre este movimento de mudança estrutural, decorrente da expansão dos serviços intermediários direcionados à indústria, Melo et al. (1998, p. 5) explicam que:

Este crescimento teve como ponto de partida a introdução de inovações nos processos produtivos da indústria (revolução microeletrônica) que, por sua natureza, implicaram o surgimento de demandas para novas especialidades de serviços. Em geral, tais serviços, mais especializados e intensivos em conhecimentos específicos, não foram incorporadas ao emprego direto da produção manufatureira. Principalmente algumas especialidades, utilizadas por múltiplos setores industriais, passaram a ser adquiridas de empresas prestadoras de serviços; estas endogeneizaram ganhos de escala e se tornaram capazes de substituir, com vantagem (menores custos), os serviços industriais autoproduzidos. O resultado líquido deste processo revelou-se na expansão do setor Serviços como consequência de fortes tendências à terceirização.

O que se verifica a partir da revolução eletrônica é que as fronteiras entre as atividades de serviços e as demais estão apagando-se, já que algumas empresas manufatureiras também produzem serviços.

Segundo Castells (1999) pode-se observar como tendência na década de 1990 a maior parte da população dos países do G-7¹ empregada no setor de serviços. Em contrapartida, os empregos no setor da informação estão seguindo um ritmo mais lento e com níveis mais baixos.

O autor faz uma divisão dos serviços em quatro categorias:

- a) Serviços relacionados à Produção, considerados serviços estratégicos da nova empresa, provedores da informação e do suporte para aumentar a produtividade e a eficiência das empresas, crescem junto com o aumento e a produtividade da economia. Apesar de terem importância estratégica na economia, esse tipo de emprego não tem proporção substancial nos países mais avançados. Sua expansão está ligada aos processos de desintegração e terceirização, característicos da empresa informacional;
- b) Serviços Sociais, com exceção do Japão², este serviço representa entre um quinto e um quarto dos empregos do G-7. Embora, seu alto nível de

¹ Países do G-7 - Grupo formado pelos sete países mais ricos do mundo (Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão e Reino Unido).

² Castells (1999, p.277) diz que quando o Japão se tornou uma grande potência industrial e quando as formas mais tradicionais de assistência não puderam ser mantidas, o país dedicou-se a formas de redistribuição social semelhantes às outras economias avançadas, fornecendo serviços e criando empregos.

expansão seja característica de todas as sociedades avançadas, e seu ritmo depende mais da relação entre o Estado e da sociedade, do que do estágio de desenvolvimento da economia;

- c) Serviços de Distribuição, combinam transportes com o comércio no atacado e no varejo, atividades típicas do setor de serviços das sociedades menos industrializadas. Mas, também tem níveis bastante altos nas sociedades avançadas;
- d) E, por fim, os Serviços Pessoais, vistos como os remanescentes de uma estrutura proto-industrial e como a expansão do dualismo social, que caracteriza a sociedade informacional. Esses empregos não estão desaparecendo nas economias avançadas. Portanto, afirma-se que as mudanças da estrutura social e econômica dizem respeito, mais ao tipo de serviços e ao tipo de emprego do que às atividades em si.

A evolução no mercado de trabalho durante o Pós-Industrialismo, para o mesmo autor, exibe um padrão geral de condução do emprego industrial e dois caminhos diferentes em relação à atividade industrial: o primeiro é uma diminuição do emprego industrial em relação ao aumento das vagas relacionadas à produção e em serviços sociais; o segundo é a ligação entre os empregos industriais e os relacionados à produção, que mantém os serviços de distribuição.

Melo et al. (1998) destacam em Castells (1989) que não existe especificamente um setor de serviços, mas sim, uma série de atividades que cresceram em heterogeneidade ou especialização, com uma evolução da sociedade; e que serviços (especialmente os pessoais e sociais) são, de fato, uma forma de absorção do excedente de mão-de-obra gerado pelo aumento da produtividade na agricultura e na indústria.

Em relação às novas características alocadas no setor serviços originados pela revolução microeletrônica, as novas tecnologias tendem a comprometer tal setor de maneira inteiramente diferente da ocorrida anteriormente. Em contrapartida, a tecnologia tem sido responsável pela origem de novas ocupações e postos de trabalho, vinculados à novos produtos ofertados pelas organizações; como por exemplo o *software* e serviços de informação especializados, dependentes das telecomunicações e outras atividades do setor serviços mais localizadas, como serviços pessoais e sociais, que são afetados pelas novas tecnologias, porém em outra direção (MELO et al., 1998).

A importância do setor Serviços no século XX, segundo Melo et al. (1998) é explanada por dois movimentos distintos:

- a) No processo de desenvolvimento, a expansão da produção industrial e da agricultura exigiu uma ampliação das atividades de distribuição de mercadorias e dos serviços financeiros, ramos de atividades estritamente relacionadas com a produção de bens. Nesse sentido, o aumento destes serviços seria uma resposta às necessidades de construção dos segmentos modernos;
- b) A urbanização nos países periféricos foi seguida, de modo geral, por um crescimento da força de trabalho nos serviços e na construção civil, devido à expulsão de mão-de-obra, decorrente do uso de novas técnicas nos segmentos arcaicos e à insuficiência de geração de postos de trabalho pela indústria de transformação. Nesse sentido, a recepção da mão-de-obra de migrantes de baixo grau de qualificação que buscaram a cidade foi desempenhada pelas atividades mais tradicionais do comércio e da prestação de serviços pessoais.

Nos países menos evoluídos, o excedente de trabalho do setor agrícola que emigra para áreas urbanas freqüentemente têm baixa qualificação para oferecer e, mesmo que o setor moderno de atividades se expanda, as taxas de absorção do trabalho nestas atividades serão modestas em relação às necessidades da oferta de trabalho (KON, 2007). Em uma economia urbana em crescimento, acredita-se que as atividades de serviços que estão correlacionadas ao aumento da renda também se ampliem. Deste modo, outras oportunidades de serviços voltados ao consumo direto também se expandem de acordo com os multiplicadores de emprego urbano. Esta ampliação de oportunidades de emprego em serviços é considerada um efeito mais do que como uma causa da expansão urbana, ou seja, é mais sintoma do que causa de desenvolvimento.

No entanto, como as oportunidades de emprego nos setores mais modernos são mais difíceis, grandes números de novos imigrantes devem trabalhar em atividades do setor denominado informal, em condições de sobrevivência. Com isso, estes trabalhadores são empregados em estados que negam as vantagens de um contrato salarial formal. O contínuo fluxo de novos entrantes neste espaço informal, devido ao excedente no setor manufatureiro e no agrícola, conserva ganhos próximos à subsistência para a maior parte dos trabalhadores. Entretanto, com o aumento da economia global a reestruturação produtiva e a terceirização (que vêm ocorrendo em grandes firmas) muitos trabalhadores que se ocupavam nas indústrias manufatureiras, dispensados de seus empregos nestas empresas, tentam trabalhar como autônomos (KON, 2007).

Segundo Baltar (2005) atualmente as atividades de prestações de serviços respondem por mais da metade das ocupações e da renda da população ativa urbana. Tratam-se de um vasto número de atividades em benefício de pessoas, famílias, os empreendimentos privados e órgãos públicos; envolvendo atividades de higiene e embelezamento, atenção ao lar, entretenimento, saúde, educação, previdência e assistência social, condução, comunicação, comércio, alimentação, instalação, reparação e manutenção, além de vários tipos de apoio à atividade econômica.

O aumento do peso da prestação de serviços na ocupação e na renda da população ativa urbana coincidiu com uma crescente participação das mulheres no mercado de trabalho. Essas duas tendências não constituíram motivo de preocupação enquanto se verificaram em meio a um intenso crescimento da economia que, ampliando a ocupação das pessoas na produção de bens e na prestação de serviços, manteve em nível baixo a proporção desempregada da população ativa. A situação alterou-se radicalmente quando o crescimento da economia tornou-se bem mais suave e, sendo acompanhado de profundas modificações na maneira de produzir os bens e mesmo na de prestar alguns dos serviços, motivou declínio do emprego na produção de bens, que foi só parcialmente compensado pelo aumento da ocupação na prestação de serviços, aumentando a proporção de pessoas desempregadas na população ativa (BALTAR, 2005, p. 54).

Observa-se que o forte acréscimo das ocupações na prestação de serviços observadas em atividades de portaria, limpeza, segurança e serviços gerais não provocou queda do rendimento médio; visto que se tratam de ocupações mal remuneradas que anteriormente, serviam somente de entrada para o mercado de trabalho; no entanto, sem alternativas de emprego, tornaram-se ocupações definitivas para a população adulta (BALTAR, 2005).

3.2 O trabalho e o Setor Serviços no Brasil

No Brasil, desde o avanço no processo de industrialização por substituição de importações nos anos 40, ocorre uma expansão no emprego terciário. MELO et al. (1998) destacam em Almeida e Silva (1973) que a industrialização e urbanização impulsionaram uma ampliação da força de trabalho nas atividades terciárias, com destaque nos ramos que exigem menor qualificação, assinalando o setor serviços como importante absorvedor de mão-de-obra urbana pouco qualificada.

A evolução destas atividades acompanhou a mesma trajetória internacional do

desenvolvimento urbanizado que desde os anos 70, acarretou em uma sensível ampliação da participação nas atividades de serviços, provocando uma alteração na estrutura econômica nacional (MELO et al., 1998)

No entanto, para Proni, Silva e Oliveira (2005) foi no início da década de 80 que houve um empenho de grandes empresas para o aumento da participação em mercados internacionais como forma de suavizar o impacto da recessão econômica. Por conta da exigência dos clientes externos, as empresas brasileiras passaram a seguir programas de qualidade e a inserir inovações tecnológicas e organizacionais no processo produtivo.

Nesse sentido, segundo os mesmos autores, as inovações tecnológicas foram introduzidas no cerne das empresas apenas parcialmente, em especial nas fases de produção que condicionam o ritmo de trabalho; naquelas responsáveis pelo controle de qualidade no final do processo, integrada à tentativa de garantir apoio passivo dos trabalhadores aos círculos de controle de qualidade (CCQ) ou aos programas participativos.

Na maioria dos casos, as empresas promoveram a terceirização de funções, adotaram o *just in time* e modificaram a organização do trabalho. A terceirização consiste em reunir esforços naquilo que é a vantagem competitiva da empresa e repassar um conjunto de atividades (sejam de apoio ou mesmo de produção) para outras firmas, com o objetivo de diminuir custos e facilitar o processo produtivo (PRONI, SILVA e OLIVEIRA, 2005).

Neste sentido, Proni, Silva e Oliveira (2005, p. 109), abordam que:

A introdução de inovações tecnológicas e organizacionais, assim como a reestruturação empresarial e a redefinição das estratégias de concorrência são tendências que não se limitaram ao âmbito industrial, penetrando também em vários ramo do setor Serviços.

Segundo Baltar (2005) o PIB per capita pouco evoluiu desde 1980. Sobre este fraco comportamento da economia brasileira, o mesmo expõe que houve, relativamente, intensa criação de oportunidades de ocupação para as populações em atividades não-agrícolas. O setor secundário foi o mais prejudicado, já que sua participação no total de rendimentos do trabalho diminuiu fortemente. O setor serviços teve o melhor desempenho, visto que sua massa de rendimentos cresceu em número de ocupações.

Deste modo, Melo et al. (1998) expõem que no Brasil, as atividades do setor serviços aumentam significativamente de importância em relação à geração de emprego e

da renda, num fenômeno semelhante ao ocorrido nas economias desenvolvidas. Este desenvolvimento progressivo da estrutura do emprego e do PIB por grandes setores econômicos apresenta características de terciarização comuns, ou seja, diminuição das atividades agropecuárias e crescimento da indústria e dos serviços.

Segundo os mesmos autores nas últimas décadas o Brasil tornou-se uma economia em que o setor Serviços representa quase dois terços do emprego e responde por mais da metade do PIB, numa trajetória comparável à evolução econômica dos países desenvolvidos.

Sobre essa questão do trabalho, Ferreira (2005) mostra que, desde o início dos anos 90, diversas iniciativas de melhoramento da ordem econômica foram sugeridas no Brasil com o argumento de que era necessário enquadrar as instituições que regem as atividades econômicas às novas condições da concorrência perfeita. Foram centros de discussão, medidas destinadas à regulação do mercado de trabalho e mais especificamente, as normas contratuais, individuais e coletivas que conduzem a relação de emprego.

A flexibilização do uso do trabalho consolida-se, principalmente, pela liberdade de contratar e demitir trabalhadores sem ônus ou barreiras, em que a utilização de serviços terceirizados passa a ser amplamente utilizada pelas empresas. No entanto, também expressa uma maior mobilidade na utilização da mão-de-obra dentro da empresa, sem a rigidez de anteriormente que acopla as tarefas, salários e jornadas de trabalho de forma firme e regular, admitindo um maior controle dos sindicatos sobre o processo produtivo. Como exemplos dessa flexibilização, pode-se citar o contrato por prazo determinado, a demissão imotivada e as células produtivas, em que o trabalhador exerce bem mais do que um papel (FERREIRA, 2005).

Para o mesmo autor a flexibilização da remuneração foi obtida por meio das novas formas de pagamento do trabalho, que procuram uma desvinculação do rígido sistema anterior de remuneração de períodos pré-determinados, compreendendo um novo conjunto de trabalhadores com novas formas de premiações, pelo pagamento de resultados individuais e/ou coletivos.

A flexibilização da jornada de trabalho procurou ajustar temporalmente a produção às variações da demanda, através de novos métodos produtivos e organizacionais relativos ao uso do tempo de trabalho acordado. Em relação à isto, Ferreira (2005, p. 223) afirma:

Surgiram e se difundiram novidades relativas à organização da duração do trabalho, como a anualização da jornada de trabalho, (...) a proliferação do trabalho em turnos ininterruptos de revezamento, o trabalho em tempo parcial, o

trabalho aos domingos, a diminuição e o fracionamento do período de férias, a diminuição dos descansos intervalares, a contratação por prazo determinado, com jornadas extravagantes, entre outras. Tais modificações praticamente destruíram aquele quadro homogêneo de organização da jornada laboral e da vida social dos trabalhadores, típico do sistema taylorista-fordista de produção, e trouxeram a intensificação do trabalho.

Os postos de trabalho gerados pelo setor Serviços em momentos de crise são, na maior parte, de baixa qualificação e remuneração, o que mostra o setor apenas como um colchão que amortece os impactos da queda da atividade econômica que, ao voltar a subir, propicia um aumento do emprego em todos os setores, com melhor qualidade (FERREIRA, 2005).

CAPÍTULO 4 – O PAPEL DA MULHER NO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO SETOR SERVIÇOS NO BRASIL

4.1 Introdução

Este capítulo tem por objetivo mostrar a inserção da mulher no mercado formal de trabalho no Brasil; abordando-o especificamente em relação às mulheres trabalhadoras do setor serviços nas cinco regiões brasileiras norte, nordeste, sudeste, sul e centro-oeste. Para isso, foram analisadas as variáveis número de trabalhadores, remuneração média, faixa etária, jornada de trabalho e nível de escolaridade.

4.2 Participação das mulheres no mercado de trabalho

A participação das mulheres no mercado de trabalho sempre foi inferior à dos homens. A tradição que reserva ao homem ser o provedor da família e o responsável pelo sustento e a mulher a tarefa de cuidar dos filhos, executar os serviços domésticos, vem determinando sua menor participação no mercado de trabalho.

Historicamente as mulheres empenham-se mais nas tarefas do lar do que em garantir o sustento da família. Um grande contingente de trabalhadoras reproduz no mercado de trabalho, atividades semelhantes às aquelas realizadas no âmbito doméstico, educando crianças ou cuidando de idosos e doentes, trabalhando, sobretudo, em setores ligados à educação e à saúde.

Um dos desafios das mulheres no século XX foi abrir novos espaços profissionais no mercado de trabalho. Enfrentar isto implicou em contínuas e intensas modificações culturais, demonstrando um maior ingresso das mulheres no mercado de trabalho.

Segundo Kon (2001) a economia brasileira, apresentou na década de noventa avanços macroeconômicos relevantes. Esse período foi marcado por fatores como a reativação do crescimento após 1995, as menores taxas de inflação desde os anos de 1950, diminuição do déficit fiscal, intensificação da modernização de importantes setores da economia e aceleração do crescimento das exportações. Paralelamente a isto, os resultados

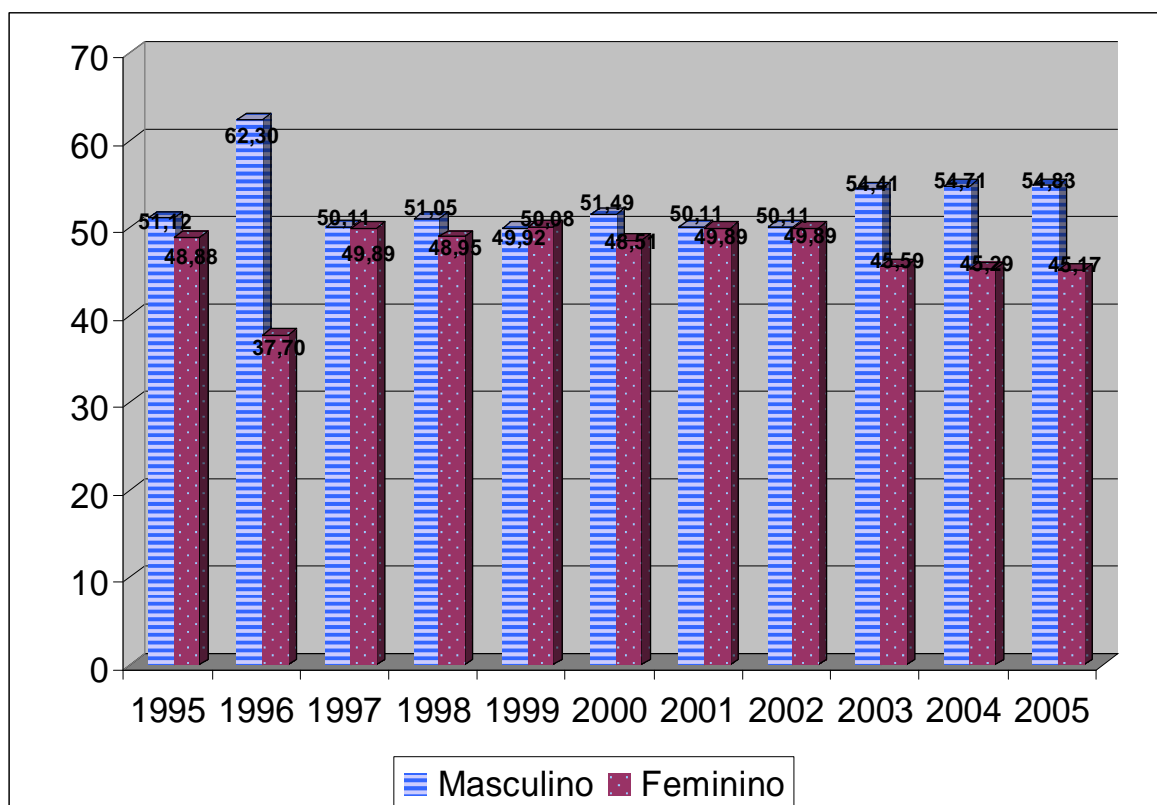
quanto às condições nos mercados de trabalho deterioraram-se na maioria dos países. Em relação à distribuição do trabalho por gênero, condições desvantajosas da situação das mulheres persistiram bem como o aumento da necessidade de participação feminina na força de trabalho, tendo em vista a contribuição para a sobrevivência familiar. Tal situação pode ser evidenciada nas seções seguintes.

4.2.1 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região norte

Observa-se no gráfico 1 que em 1995, o número de mulheres no setor de serviços na região norte era de 285.035, correspondendo a 48,88% do total (583.160). O número de trabalhadores homens era de 298.125, sendo equivalente a 51,12% deste total. Em 2005, o número de trabalhadoras era de 451.216 ou 45,17% do total (998.899), enquanto o número de homens correspondia a 547.683 ou 54,83% do total de trabalhadores.

A participação das mulheres entre os anos de 1995 e 2005 apresentou um crescimento de 58,30%; em termos absolutos, correspondendo a um crescimento foi de 166.181 postos de trabalho. Em contrapartida, a participação dos homens apresentou um aumento de 83,71%, ou seja, um crescimento de 249.558 trabalhadores na região.

Gráfico 1: Trabalhadores por gênero na região norte no período de 1995 a 2005 (em %)



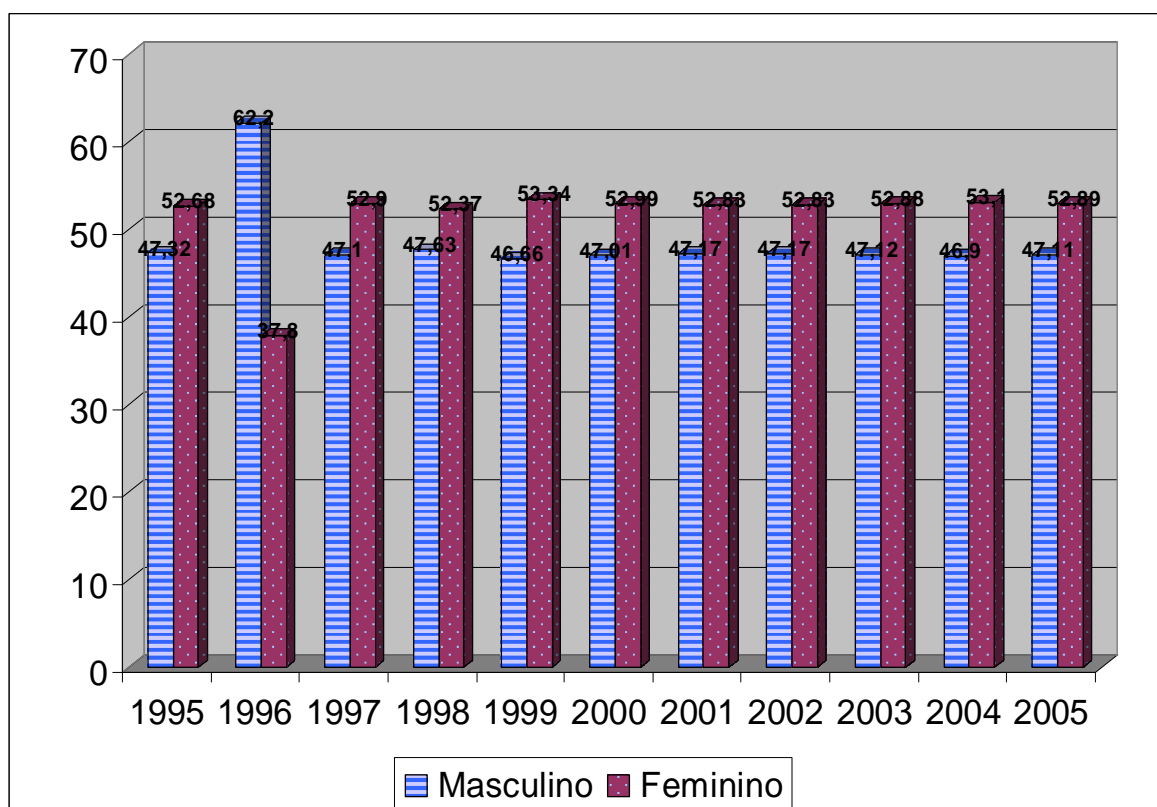
Fonte: RAIS/MTE

4.2.2 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região nordeste

Através da análise do gráfico 2, pode-se observar que na região nordeste o número de trabalhadoras no setor de serviços em 1995 era de 1.245.596, correspondendo a 52,68% do total (2.364.241). Já o número de homens era de 1.118.645, equivalendo a 47,32% do total. No ano de 2005, o número de mulheres era de 1.890.438 ou 52,89% do total de trabalhadores (3.574.160), ao passo que o número de trabalhadores homens correspondia a 1.683.722 ou 47,11%.

Observa-se que entre os anos de 1995 e 2005, a participação feminina ascendeu em 51,77%; em termos absolutos esse crescimento foi de 644.842 postos de trabalho. No entanto, a participação dos homens apresentou um aumento de 50,51%, apresentando na região, uma elevação de 565.077 trabalhadores.

Gráfico 2: Trabalhadores por gênero na região nordeste no período de 1995 a 2005 (em %)



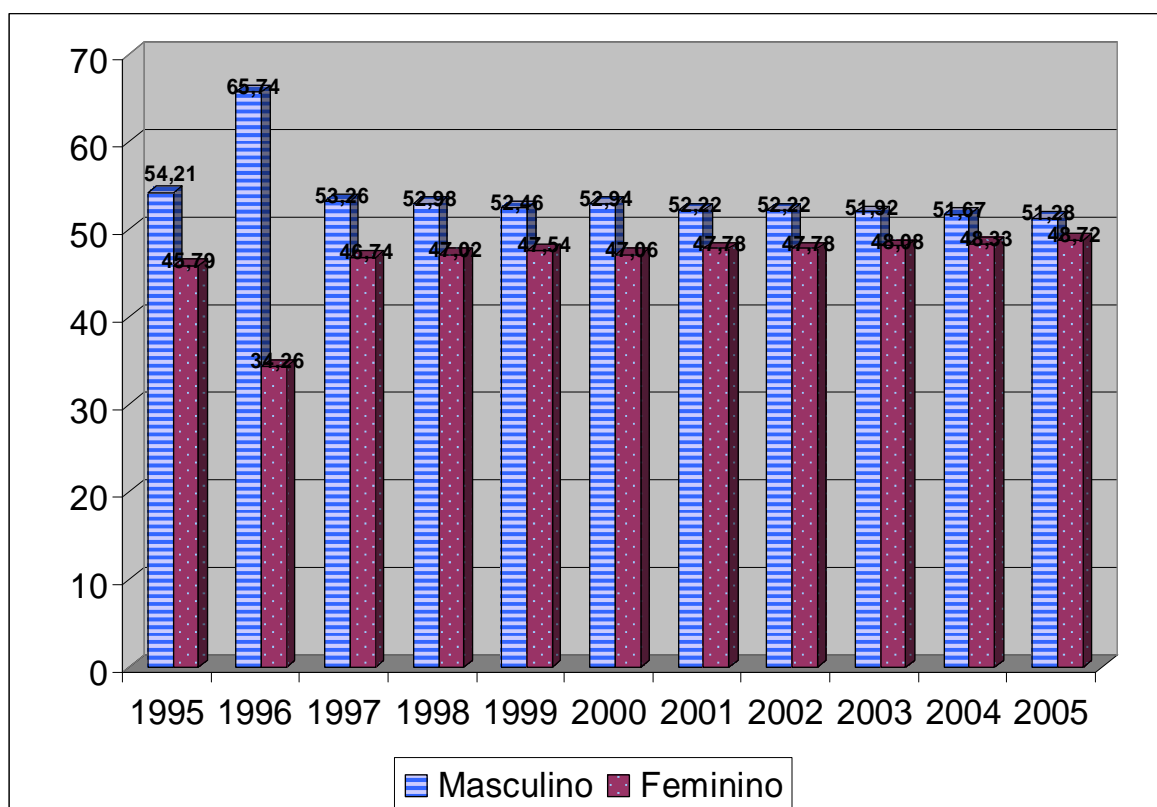
Fonte: RAIS/MTE

4.2.3 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região sudeste

De acordo com o gráfico abaixo, observa-se que no ano de 1995, na região sudeste, o número de trabalhadoras no setor de serviços era de 3.090.582, equivalendo a 45,79% do total (6.749.570). O número de homens trabalhadores era 3.658.988, correspondendo a 54,21% deste total. O número de mulheres, em 2005, era de 4.467.894 ou 48,72% do total de trabalhadores (9.171.204), no entanto o número de homens correspondia a 4.703.310 trabalhadores ou 51,28% do total.

A participação das mulheres entre os anos de 1995 e 2005 apresentou um crescimento de 44,56%, correspondendo a um aumento de 1.377.312 postos de trabalho. Em compensação, a participação dos homens apresentou uma elevação inferior em 16,02% em relação ao crescimento das mulheres, apresentando um aumento de 1.044.322 trabalhadores na região.

Gráfico 3: Trabalhadores por gênero na região sudeste no período de 1995 a 2005 (em %)



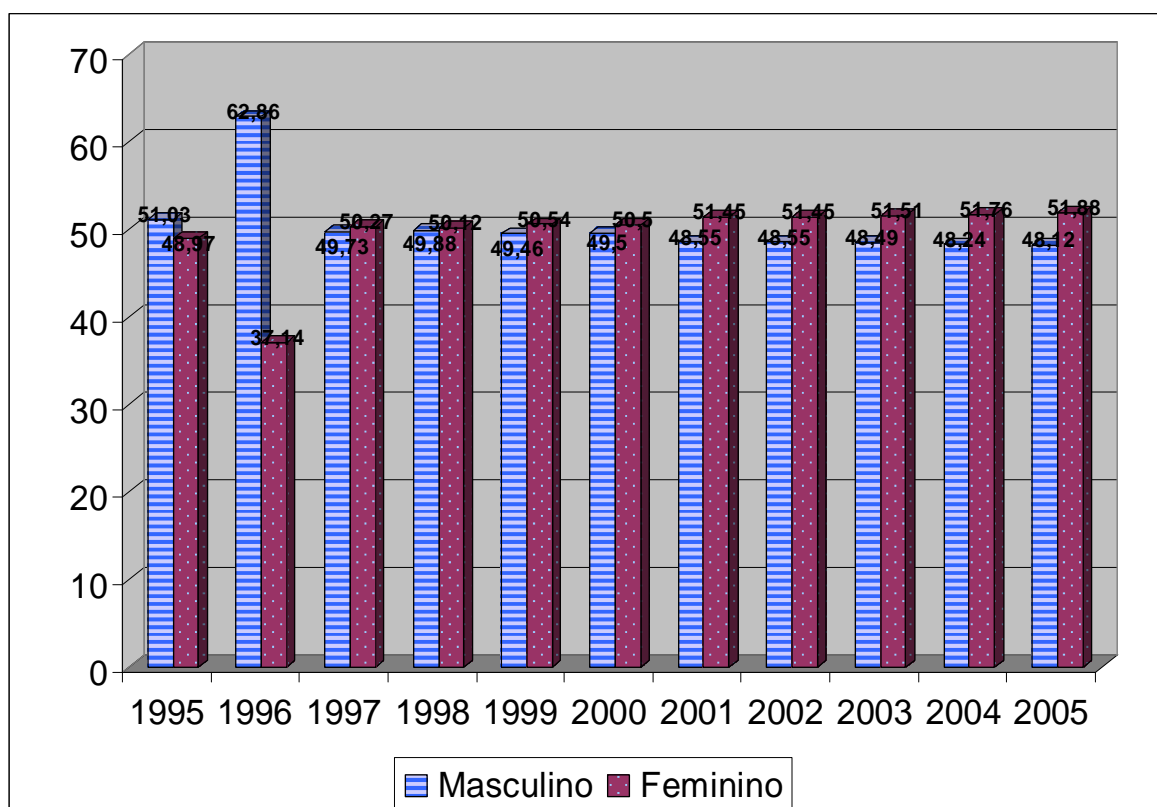
Fonte: RAIS/TEM

4.2.4 Descrição analítica da participação feminina no mercado de trabalho na região sul

O número de mulheres no setor serviços observado no gráfico 4 em 1995 era de 937.793, equivalendo a 48,97% do total (1.914.908). O número de homens trabalhadores era 977.115, correspondendo a 51,03% do total. No ano de 2005, o número de trabalhadoras era de 1.374.997 ou 51,88% do total (2.650.143), enquanto que o número de homens correspondia a 1.275.146 ou 48,12%.

Entre os anos de 1995 e 2005, a participação das mulheres apresentou um aumento de 46,62%; tendo um crescimento de 735.235 postos de trabalho. Já a participação masculina elevou-se em 30,50%, tendo um acréscimo de 298.031 trabalhadores na região.

Gráfico 4: Trabalhadores por gênero na região sul no período de 1995 a 2005 (em %)



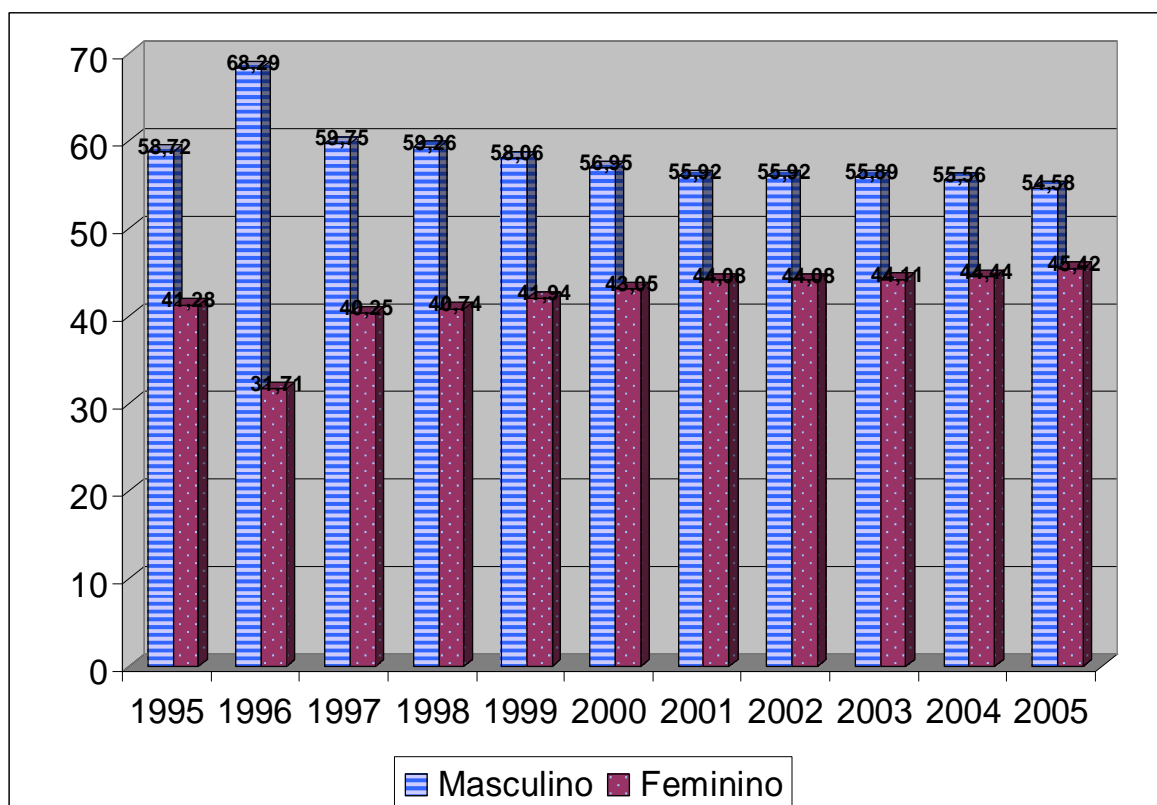
Fonte: RAIS/MTE

4.2.5 Descrição da participação feminina no mercado de trabalho na região centro-oeste

Observa-se no gráfico 5 que no ano de 1995, o número de mulheres trabalhadoras era de 443.744, correspondendo a 41,28% do total (1.075.027). O número de homens era de 631.283, equivalendo a 58,72%¹. No ano de 2005 pode-se notar que o número de mulheres era de 754.139 ou 45,42% do total de trabalhadores (1.660.295), enquanto o número de homens correspondia a 906.156 ou 54,58% do total.

A participação feminina entre os anos de 1995 e 2005 apresentou um acréscimo de 69,95%; em termos absolutos o aumento foi de 310.395 postos de trabalho. No entanto, a participação masculina aumentou em 43,54% ou 274.873 trabalhadores na região centro-oeste.

Gráfico 5: Trabalhadores por gênero na região centro-oeste no período de 1995 a 2005 (em %)



Fonte: RAIS/MTE

4.3 Gênero e remuneração média

A globalização aumentou a competitividade nacional e internacional. Houve reduções no número de postos de trabalho, corte de custos de produção, aumento da flexibilidade, terceirização e formas temporárias de emprego. Isso gerou insegurança no emprego, disparidade salarial, desemprego estrutural, subemprego, trabalho informal e conseqüentemente, diminuição do poder de negociação dos salários e condições de trabalho por parte dos sindicatos (SANDEN, 2005).

No Brasil, os rendimentos são heterogêneos, com diferenciações entre as regiões como também segundo o sexo, sendo evidenciadas nos rendimentos obtidos pelas mulheres. Qualquer que seja a sua forma de inserção no mercado de trabalho, nos últimos anos essa diferença de remuneração vem reduzindo-se.

Quando considerados os postos de trabalho, segundo os grupos de ocupação, a

tendência geral é a maior desigualdade no grupo ocupacional relacionado a funções de execução e do grupo de direção e planejamento, no qual a presença feminina é minoria. As desigualdades de remuneração entre os gêneros são maiores quanto menor for o número de mulheres nos postos de trabalho ocupados e quanto mais alto for o grau de hierarquia das empresas.

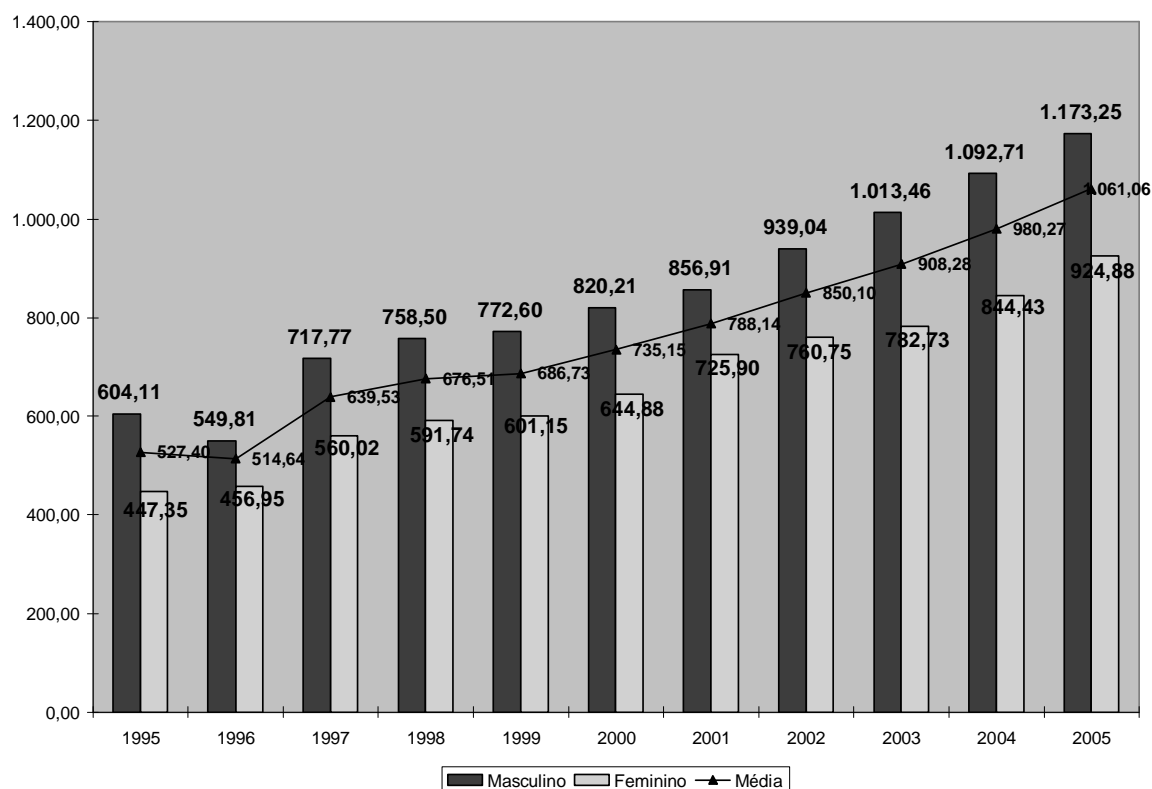
4.3.1 Descrição da remuneração média por gênero na região norte

Segundo o gráfico 6 as mulheres trabalhadoras no setor de serviços recebiam em 1995 uma remuneração real³ média de R\$ 447,35 na região norte, enquanto os homens recebiam R\$ 604,11. Em 2005 a remuneração real média entre as mulheres foi de R\$ 924,88, enquanto os homens recebiam R\$ 1.173,25.

A remuneração real média feminina entre os anos de 1995 e 2005 cresceu 106,75%, enquanto a masculina aumentou em 94,21%. Apesar remuneração da mulher apresentar um crescimento superior, estas recebiam em 1995 25,95% a menos que os homens; em 2005 essa diferença foi de 21,17%.

³ Deflator = INPC-IBGE

Gráfico 6: Remuneração média por gênero na região norte de 1995 a 2005



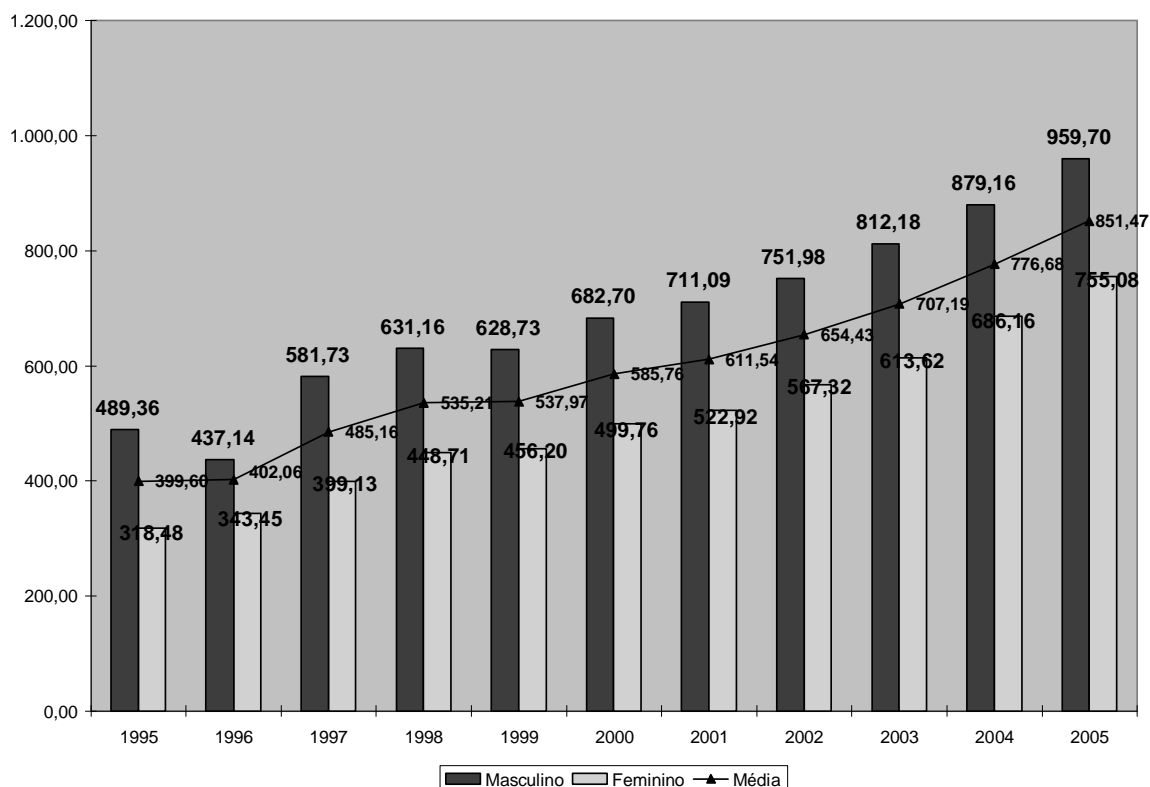
Fonte: RAIS/MTE

4.3.2 Descrição da remuneração média por gênero na região nordeste

Pode-se observar no gráfico 7 que na região nordeste as trabalhadoras ganhavam em 1995 uma remuneração real média de R\$ 318,48, enquanto os homens recebiam R\$ 489,36. No ano de 2005 a remuneração real média entre as mulheres era de R\$ 755,08; entre os homens verifica-se o valor de R\$ 959,70.

Entre os anos de 1995 e 2005 a remuneração real média entre as mulheres elevou-se em 137,09%, ao passo que o aumento da remuneração real média entre os homens foi de 96,11%. Pode-se observar que os rendimentos femininos foram inferiores em 34,92% em relação aos masculinos no de 1995. No ano de 2005 essa diferença foi inferior, reduzindo-se para 21,32%.

Gráfico 7: Remuneração média por gênero na região nordeste de 1995 a 2005



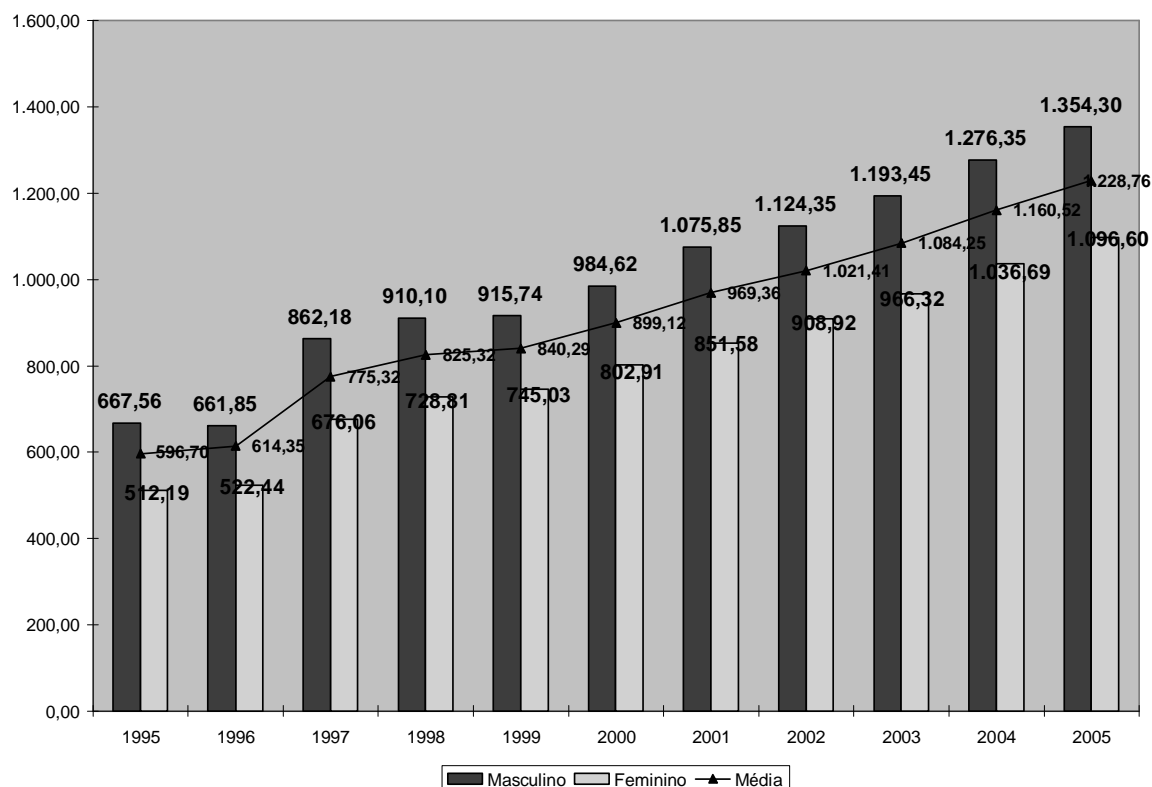
Fonte: RAIS/MTE

4.3.3 Descrição da remuneração média por gênero na região sudeste

O gráfico abaixo demonstra que em 1995 as mulheres da região sudeste recebiam uma remuneração real média de R\$ 512,19, enquanto os homens recebiam uma remuneração de R\$ 667,56. Essa remuneração entre as mulheres no ano de 2005 era de R\$ 1.096,60, ao passo que os homens recebiam R\$ 1.354,30.

A remuneração real média observada entre as mulheres nos anos de 1995 e 2005 ascendeu em 114,10%, enquanto a dos homens elevou-se em 102,87%. Essa diferença entre os rendimentos demonstra que as mulheres receberam uma remuneração 23,27% inferior que a dos homens em 1995, reduzindo esta para 19,03% em 2005.

Gráfico 8: Remuneração média por gênero na região sudeste de 1995 a 2005



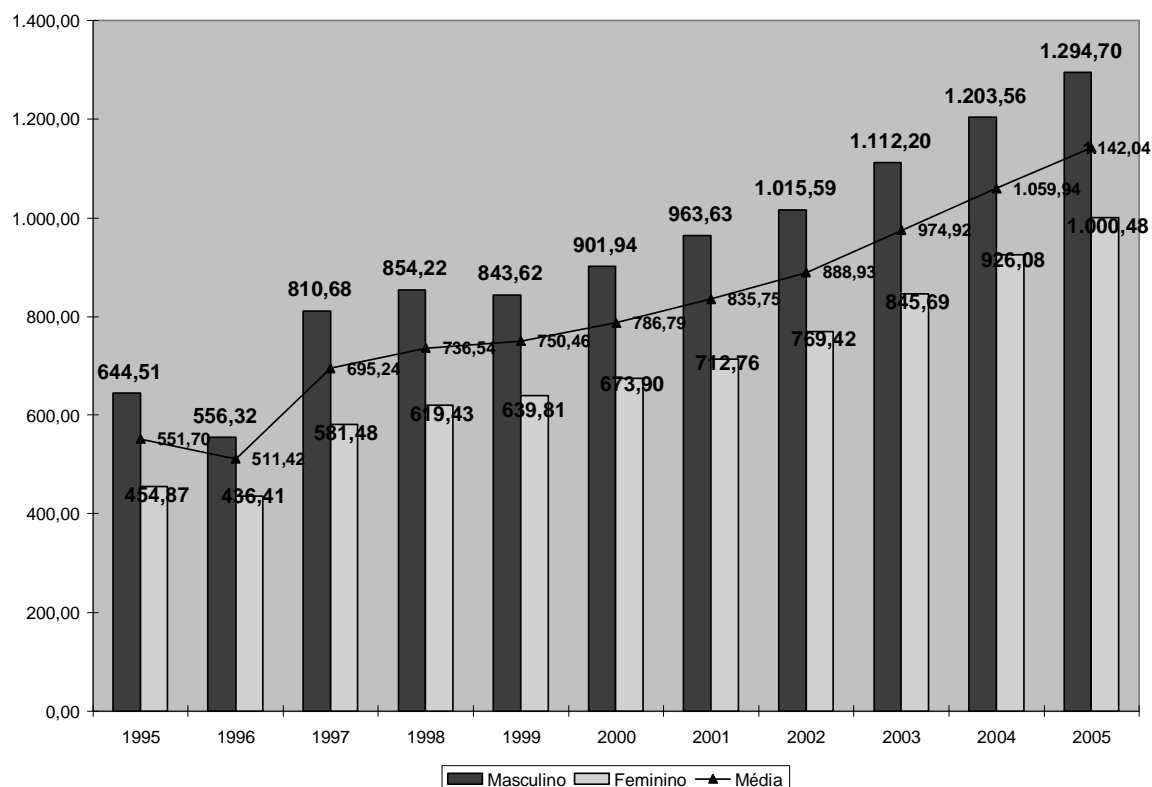
Fonte: RAIS/MTE

4.3.4 Descrição da remuneração média por gênero na região sul

Através da observação do gráfico 9, pode-se dizer que as mulheres recebiam em 1995 uma remuneração real média de R\$ 454,87 na região sul, sendo que os homens recebiam R\$ 644,51. No ano de 2005, a remuneração real média observada foi de R\$ 1.000,48 entre as mulheres, enquanto os homens ganhavam R\$ 1.294,70.

A remuneração real média das mulheres entre os anos de 1995 e 2005 cresceu 119,95%, em quanto a dos homens elevou-se em 100,88%. A diferença observada nos rendimentos demonstra que as mulheres recebiam 29,42% a menos em 1995, diminuindo essa diferença para 22,72% em 2005.

Gráfico 9: Remuneração média por gênero na região sul de 1995 a 2005



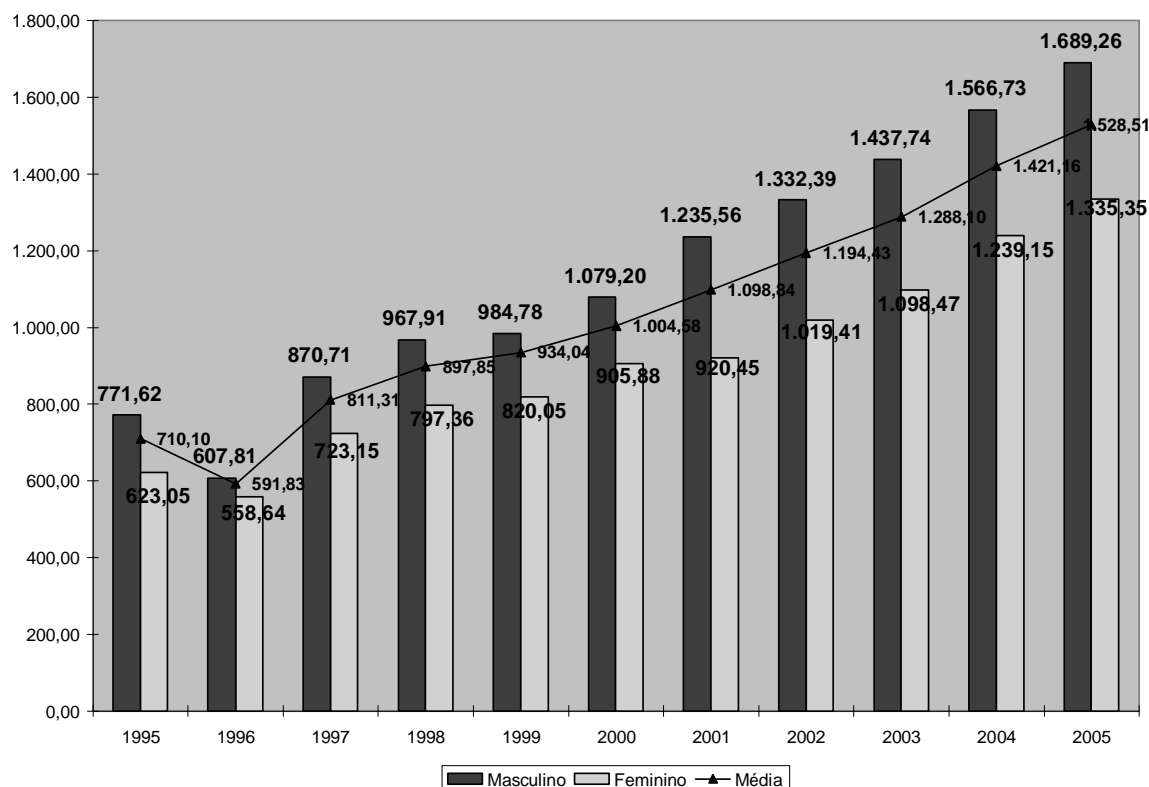
Fonte: RAIS/MTE

4.3.5 Descrição da remuneração média por gênero na região centro-oeste

No gráfico 10 pode-se observar que as mulheres trabalhadoras do setor de serviços recebiam uma remuneração real média de R\$ 623,05, enquanto os homens recebiam uma remuneração de R\$ 771,62. Já em 2005, a remuneração observada entre o sexo feminino foi de R\$ 1.335,35, enquanto que a remuneração entre o sexo masculino foi de R\$ 1.689,26.

Entre os anos de 1995 e 2005, a remuneração real média das mulheres aumentou 114,32%, ao passo que a dos homens cresceu 118,92%. A diferença observada nos rendimentos nesta região mostra que as mulheres ganhavam 19,25% menos que os homens em 1995, aumentando essa diferença em 2005 para 20,95%.

Gráfico 10: Remuneração média por gênero na região centro-oeste de 1995 a 2005



Fonte: RAIS/MTE

4.4 Gênero e Faixa Etária

O processo de envelhecimento da população vem ocorrendo intensamente, em consequência das mudanças no comportamento das variáveis demográficas (fecundidade e mortalidade) que, além das variações no ritmo de crescimento total da população, determinaram importantes transformações na sua estrutura etária (KRELING, 2005).

Segundo Melo (2004) o Brasil deixou de ser um país de jovens, e esta variação é generalizada em todas as regiões do país. Isso ocasionou grandes mudanças na vida das mulheres, já que ocorreram em um período rápido, de apenas trinta anos. Este fenômeno pode ser associado ao advento da pílula e à difusão dos métodos anticoncepcionais que permitiram as mulheres distinguirem a sexualidade da reprodução.

Tabela 1: Trabalhadores no Setor de Serviços por Faixa Etária em 1995 (em %)

Masculino					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 17 anos	0,52	0,53	1,77	2,03	1,19
18 a 24 anos	12,20	10,74	15,48	13,75	22,25
25 a 29 anos	17,94	15,62	16,15	15,54	16,96
30 a 39 anos	34,85	34,13	31,33	32,59	29,46
40 a 49 anos	21,45	24,14	21,71	22,95	19,71
50 a 64 anos	10,77	12,49	11,88	11,80	9,31
65 ou mais	1,26	1,64	1,31	1,07	0,82
Ignorado	1,01	0,71	0,37	0,27	0,30
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Feminino					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 17 anos	0,24	0,24	1,17	1,14	0,69
18 a 24 anos	8,16	7,25	14,10	13,76	11,18
25 a 29 anos	14,95	13,00	15,49	16,52	15,35
30 a 39 anos	38,28	34,83	33,63	36,02	37,28
40 a 49 anos	27,55	30,84	24,98	23,89	26,40
50 a 64 anos	10,16	12,73	10,08	8,33	8,85
65 ou mais	0,41	0,96	0,50	0,29	0,22
Ignorado	0,25	0,15	0,05	0,05	0,03
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

Tabela 2: Trabalhadores no Setor de Serviços por Faixa Etária em 2005 (em %)

Masculino					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 17 anos	0,26	0,21	0,9	0,92	0,89
18 a 24 anos	10,16	10,6	14,11	14,02	17,84
25 a 29 anos	15,25	15,31	15,65	14,67	16,05
30 a 39 anos	32,48	31,14	29,65	28,49	29,87
40 a 49 anos	25,22	25,89	24,21	25,59	21,93
50 a 64 anos	15,11	15,37	14,21	15,23	12,38
65 ou mais	1,51	1,48	1,28	1,08	1,03
Total	100	100	100	100	100
Feminino					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 17 anos	0,24	0,17	0,71	0,61	0,8
18 a 24 anos	9,44	7,98	13,63	13,01	11,93
25 a 29 anos	14,69	13,1	15,07	14,65	15,28
30 a 39 anos	32,98	29,82	28,68	29,86	31,24
40 a 49 anos	27,94	29,93	26,71	28,45	27,51
50 a 64 anos	14,02	17,79	14,45	12,99	12,81
65 ou mais	0,67	1,2	0,74	0,44	0,42
Total	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTE

Através da observação das tabelas 1 e 2, pode-se verificar que entre as cinco regiões analisadas, a mais ampla inserção no mercado de trabalho é encontrada entre os trabalhadores na faixa etária de 30 a 49 anos. Observa-se uma maior concentração feminina (de 30 a 49 anos) em todas as regiões do país. Após os 50 anos, há uma redução na taxa de participação das mulheres bem como a dos homens (muitos levados à inatividade pela aposentadoria). Mesmo assim, o percentual das que se mantêm ativas pode ser considerado significativo, já que na região nordeste ele foi de 17,79% em 2005.

4.5 Jornada de trabalho

A jornada de trabalho pode ser considerada como o período de tempo em que o trabalhador deve prestar serviços ou permanecer à disposição do empregador. De acordo com a Constituição Brasileira, este período pode ser de no máximo 8 horas diárias ou 44 horas semanais, salvo limite diferenciado em acordo coletivo ou convenção coletiva de trabalho.

De acordo com Antunes (1997) a luta pela diminuição da jornada de trabalho e pelo acesso ao emprego deve ser complementar ao invés de excludente. A procura por um tempo disponível para o trabalho e por um tempo verdadeiramente livre fora dele são elementos essenciais à constituição de uma sociedade, não mais controlada pelo sistema do capital e por seus mecanismos de subordinação.

Tabela 3: Trabalhadores no Setor de Serviços por Horas Contratadas em 1995 (em %)

Masculino					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Até 12 horas	1,70	1,37	1,63	1,45	0,69
13 à 15 horas	0,07	0,15	0,15	0,17	0,71
16 à 20 horas	3,56	2,55	1,58	2,42	0,99
21 à 30 horas	26,49	28,48	8,91	9,05	11,47
31 à 40 horas	37,42	26,94	33,12	33,43	55,91
41 à 44 horas	30,47	39,98	54,48	53,34	30,02
Mais de 45 horas	0,04	0,08	0,02	0,02	0,03
Ignorado	0,25	0,45	0,11	0,12	0,18
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Feminino					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-oeste
Até 12 horas	1,35	1,95	1,64	1,75	0,89
13 à 15 horas	0,05	0,34	0,26	0,26	3,48
16 à 20 horas	13,09	9,65	3,90	10,12	2,50
21 à 30 horas	36,02	34,99	15,53	13,83	28,84
31 à 40 horas	35,49	32,74	41,71	38,77	36,70
41 à 44 horas	13,80	19,57	36,83	35,17	27,45
Mais de 45 horas	0,03	0,05	0,01	0,01	0,01
Ignorado	0,17	0,71	0,12	0,09	0,13
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

Tabela 4: Trabalhadores no Setor de Serviços por Horas Contratadas em 2005 (em %)

Masculino					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 12 horas	0,87	1,4	1,7	1,89	3,03
13 à 15 horas	0,11	0,14	0,21	0,24	0,72
16 à 20 horas	2,64	2,37	2,03	2,22	1,48
21 à 30 horas	30,2	16,38	6,12	5,8	7,34
31 à 40 horas	30,99	29,23	28,95	30,26	47,67
41 à 44 horas	35,18	50,48	60,98	59,59	39,77
Total	100	100	100	100	100

Feminino					
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
Até 12 horas	0,92	1,39	1,87	2,23	3,1
13 à 15 horas	0,13	0,17	0,36	0,31	2,92
16 à 20 horas	7,82	6,69	3,92	8,9	4,02
21 à 30 horas	20,23	21,91	16	10,65	17,2
31 à 40 horas	44,7	37,5	36,49	36,16	36,61
41 à 44 horas	26,2	32,33	41,35	41,74	36,15
Total	100	100	100	100	100

Fonte: RAIS/MTE

Desempenhar atividades econômicas ou buscar uma profissão nunca foi condição suficiente para isentar a mulher de continuar a realizar as tarefas tradicionalmente a ela

atribuídas, seja no cuidado da casa, dos filhos ou do marido. A execução desta “dupla jornada” passa a ser um traço marcante em toda vida da mulher.

Através da observação das tabelas 3 e 4, verifica-se uma maior concentração de trabalhadoras com carga horária de 21 a 40 horas semanais na região norte e nordeste. Nas demais regiões no ano de 1995, esta jornada de trabalho era superior, visto que as mesmas trabalhavam de 31 a 40 horas e de 41 a 44 horas. Nota-se um aumento no número de horas trabalhadas nas regiões norte e nordeste no ano de 2005, embora nas demais regiões este número mesmo permaneça entre 31 a 44 horas.

4.6 Gênero, remuneração e escolaridade

O aumento no nível de escolaridade entre as mulheres foi uma conquista que, ao longo de todo o século XX, empenharam-se para ter acesso às escolas e universidades nacionais. Na década de 1990 observou-se uma redução significativa do analfabetismo feminino, sendo fruto de um grande esforço conjunto da sociedade brasileira (MELO, 2004).

Os rendimentos da mulher no mercado de trabalho sempre foram inferiores aos dos homens. Mesmo quando exercem a mesma função, tem a mesma forma de inserção ou maior escolaridade média, essa diferenciação ainda é observada, indicando clara discriminação em relação ao seu trabalho. A análise deste último indicador demonstra que, independentemente do nível de instrução, o rendimento por hora das assalariadas é menor do que o dos homens, em todas as regiões (SANCHES E GEBRIM, 2003).

Segundo Teixeira (2005) mesmo com o expressivo crescimento da mulher no mercado de trabalho, ainda não foram superados os obstáculos de acesso à cargos de chefia e diferenças salariais. Estas dificuldades, embora tenham diminuído desde os anos 90, ainda permanecem e significam que as mulheres aceitam postos de trabalhos inferiores para garantir a sobrevivência de sua família, já que as taxas de desemprego feminino são significativamente maiores do que as da população masculina.

4.6.1 Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região norte

Na tabela 5, verifica-se que o número de analfabetos tanto homens quanto mulheres estão concentrados, na faixa de rendimentos de 1,01 a 1,5 salário mínimo – SM. No ano de 1995, os homens correspondiam a 34,24% do número de analfabetos, enquanto que as mulheres eram 53,61%. Já em 2005 estes percentuais elevaram-se para 49,92% entre os homens e 64,59% entre as mulheres. Neste comparativo, a mulher obteve uma maior elevação percentual na faixa de rendimentos mais baixos.

Considerando aqueles que possuem a oitava série completa, no ano de 1995, a maioria dos homens estavam na faixa de rendimento de 2,01 SM a 3 SM. Enquanto as mulheres recebiam rendimentos na faixa de 1,01 SM a 1,5 SM. No ano de 2005 estes números mantiveram-se constantes tanto para o gênero masculino como feminino.

Entre aqueles que possuem nível superior completo a diferença salarial entre sexos também é observada. Os homens, em sua maioria, estão na faixa de rendimentos com mais de 20 SM correspondendo a 22,96% dos trabalhadores em 1995. Entre as mulheres, esta faixa de rendimentos fica menos concentrada, pois existe uma maior concentração na faixa de rendimentos de 5,01 SM a 15 SM. Pode-se observar que as mulheres com maior nível de escolaridade não conseguem ter um aumento substancial em seus rendimentos na região norte, quando comparados com a remuneração dos homens, ou seja, mesmo expandindo o nível de escolaridade, o diferencial de renda por gênero permanece.

Tabela 5: Distribuição percentual de postos formais de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na Região Norte nos anos de 1995 e 2005.

Masculino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	0,02	0,00	0,13	0,11	0,06	0,08	0,04	0,14
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	6,95	10,34	1,77	4,23	1,49	3,04	0,31	1,30
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	34,24	49,92	9,87	25,49	7,59	17,14	1,93	3,94
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	17,73	20,13	12,24	18,03	9,13	15,03	2,15	3,57
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	14,87	15,02	21,76	22,41	15,72	24,19	4,63	8,98
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	7,54	2,28	16,39	10,06	12,04	12,21	8,36	9,91
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	4,62	0,92	8,00	6,93	7,66	7,57	10,82	10,17
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	4,87	0,52	10,07	7,28	10,96	10,32	14,46	15,68
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	3,16	0,32	10,33	3,01	11,68	5,19	11,31	16,31
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	2,94	0,04	4,81	1,18	11,13	3,01	12,13	11,64
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	1,18	0,00	1,78	0,26	5,69	0,88	8,79	7,30
Mais de 20,00 salários mínimos	0,98	0,00	1,81	0,33	6,18	1,17	22,96	10,71
Ignorado	0,91	0,52	1,04	0,66	0,66	0,18	2,10	0,34
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Feminino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	0,08	0,00	0,27	0,23	0,03	0,12	0,03	0,13
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	8,04	18,05	5,08	11,10	2,12	5,94	0,28	1,41
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	53,61	64,59	29,44	49,14	13,99	26,83	2,16	5,80
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	10,73	13,90	18,33	13,82	15,88	18,58	3,45	6,18
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	8,70	2,94	18,67	10,47	22,51	19,45	5,58	12,10
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	4,19	0,09	8,56	5,22	12,08	9,95	10,96	10,41
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	3,41	0,00	4,21	3,27	9,07	5,89	10,53	13,07
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	3,55	0,09	5,44	4,73	9,05	8,21	16,38	20,00
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	3,05	0,00	5,07	1,07	6,94	2,71	14,74	13,58
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	1,79	0,00	2,47	0,42	4,26	1,34	13,94	8,83
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	1,43	0,00	0,80	0,12	1,57	0,31	7,47	3,73
Mais de 20,00 salários mínimos	0,93	0,00	0,89	0,14	1,76	0,48	13,07	4,53
Ignorado	0,50	0,35	0,77	0,27	0,73	0,18	1,42	0,24
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

4.6.2 Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região nordeste

A Tabela 6 evidencia a distribuição percentual dos postos formais de trabalho na região nordeste. Verifica-se que os analfabetos homens e mulheres estão na sua maioria na faixa de rendimentos de 1,01 SM a 2 SM. Em 1995, os homens eram 23,60%, enquanto as mulheres eram 24,87%. Já em 2005 estes percentuais elevaram-se mais de cinquenta por

cento, já que os números observados foram de 53,80% entre os homens e 57,89% para as mulheres. Neste comparativo, tanto o homem quanto a mulher da região nordeste tiveram um aumento percentual maior em relação a faixa de rendimentos correspondente a valores mais baixos.

No segundo grau completo, observa-se no ano de 2005 uma concentração mais acentuada no número de trabalhadoras (40,27%) recebendo entre 1,01 a 1,5 SM; enquanto que entre os homens estes números estão mais desconcentrados.

Na região nordeste observa-se uma diferença salarial superior relativa ao nível superior completo. Em 1995, 23,10% dos homens estavam na faixa de rendimentos com mais de 20 SM, enquanto no mesmo ano, apenas 9,79% das mulheres com nível superior recebem mais de 20 SM.

Tabela 6: Distribuição percentual de postos formais de trabalho, segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na Região Nordeste nos anos de 1995 e 2005.

Masculino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	2,34	1,97	1,01	0,45	0,66	0,31	0,22	0,43
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	15,75	21,37	8,91	9,06	6,60	6,83	1,35	2,46
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	23,60	53,80	17,46	37,97	10,94	29,80	2,17	8,20
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	13,61	12,64	9,58	16,85	10,12	16,45	3,26	6,22
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	14,62	6,02	18,92	14,38	15,48	16,80	7,39	12,75
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	5,94	1,24	14,15	9,65	14,56	9,73	6,08	11,02
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	4,94	0,50	7,82	4,56	6,98	6,39	6,28	8,98
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	5,01	0,23	6,95	4,31	8,30	6,67	13,41	11,69
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	4,05	0,10	5,55	1,30	8,74	3,21	13,69	10,49
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	2,27	0,05	3,71	0,53	7,68	1,90	12,72	10,80
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	0,84	0,03	1,41	0,14	3,55	0,81	8,50	6,57
Mais de 20,00 salários mínimos	0,84	0,02	2,55	0,14	4,34	0,75	23,10	10,02
Ignorado	6,19	2,02	1,99	0,66	2,05	0,34	1,82	0,36
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Feminino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	5,90	4,87	4,95	1,59	2,18	0,56	0,32	0,35
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	20,88	31,03	19,65	17,71	13,42	11,35	1,86	2,96
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	24,87	57,89	25,63	54,42	17,66	40,27	3,13	12,28
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	10,40	4,19	10,98	10,48	12,12	16,49	4,30	9,38
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	7,95	0,90	10,96	8,14	18,28	16,27	11,09	17,12
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	4,10	0,14	6,54	2,51	11,76	5,85	9,30	13,86
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	2,48	0,01	3,36	2,01	7,15	3,07	8,36	11,03
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	3,37	0,02	5,65	1,52	6,40	3,30	16,11	12,25
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	3,46	0,01	1,79	0,70	4,11	1,61	16,34	8,82
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	1,47	0,01	1,06	0,24	2,22	0,59	12,06	5,97
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	0,48	0,02	0,52	0,07	0,75	0,18	5,97	2,50
Mais de 20,00 salários mínimos	0,51	0,00	0,91	0,07	0,86	0,17	9,79	3,24
Ignorado	14,14	0,93	7,98	0,53	3,10	0,30	1,34	0,23
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

4.6.3 Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região sudeste

Verifica-se na tabela 7 que os analfabetos homens em 1995 eram 10,99% tinham rendimentos de 1,01 SM a 1,5 SM; sendo que no ano de 2005 este número foi para 26,70%. Já as mulheres que estavam nesta faixa salarial eram, em 1995, 18,88% dos analfabetos. No ano de 2005 este número elevou-se para 53,02%.

Com oitava série completa, em 1995, a maioria dos homens estavam na faixa de

rendimento de 5,01 SM a 7 SM. Entre as mulheres o rendimento verificado era inferior, visto que a maioria estava entre 2,01 SM a 3 SM. No ano de 2005 estes números sofreram algumas alterações para os trabalhadores.

No nível superior completo, como nas outras regiões estudadas, os homens em sua maioria, estão na faixa de rendimentos com mais de 20 SM; e as mulheres, têm os rendimentos menos concentrados, sendo que a maior parte estavam na faixa de rendimentos de 5,01 SM a 15 SM.

Tabela 7: Distribuição percentual de postos formais de trabalho, segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na Região Sudeste nos anos de 1995 e 2005.

Masculino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	0,20	0,36	0,13	0,19	0,12	0,14	0,16	0,37
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	2,58	4,15	1,35	2,17	1,14	1,91	0,87	1,51
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	10,99	26,70	5,77	16,95	4,07	11,90	1,39	2,80
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	12,13	21,85	7,90	18,96	4,90	15,74	1,67	3,65
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	20,96	25,50	17,58	29,11	11,34	23,94	3,95	7,20
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	13,10	9,73	14,36	13,94	10,90	13,44	5,38	7,92
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	8,00	4,59	11,38	7,68	8,67	10,22	6,10	8,37
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	8,59	3,21	20,07	5,67	14,01	10,56	11,85	15,06
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	6,01	1,31	10,29	2,83	15,21	6,26	13,22	14,38
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	5,53	0,58	5,62	1,15	13,50	3,36	14,12	13,38
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	3,05	0,10	2,12	0,26	6,22	1,07	9,80	8,56
Mais de 20,00 salários mínimos	4,34	0,07	2,22	0,20	8,26	1,02	28,47	16,21
Ignorado	4,52	1,84	1,22	0,89	1,66	0,42	3,02	0,59
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Feminino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	0,39	0,79	0,12	0,39	0,17	0,30	0,16	0,40
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	4,64	8,54	2,39	5,59	1,64	4,07	0,94	1,88
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	18,88	53,02	11,71	37,39	6,81	20,57	1,68	4,37
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	19,58	20,27	19,51	21,99	7,71	20,40	2,15	7,69
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	19,50	11,34	26,26	20,50	18,12	22,53	5,91	12,73
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	8,98	2,51	14,14	5,87	17,21	11,51	8,00	11,84
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	4,67	0,38	7,44	3,00	11,11	7,21	8,49	11,72
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	6,05	0,24	7,98	2,82	15,06	7,14	16,56	17,53
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	6,89	0,10	4,81	0,95	10,20	3,40	18,34	12,67
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	4,37	0,03	2,52	0,29	5,95	1,63	15,89	9,15
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	1,76	0,00	0,94	0,07	2,08	0,44	8,39	4,32
Mais de 20,00 salários mínimos	1,31	0,03	1,06	0,07	1,94	0,29	11,79	5,19
Ignorado	2,98	2,76	1,10	1,08	2,00	0,52	1,70	0,51
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

4.6.4 Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região sul

Verifica-se na tabela 8, que os analfabetos homens em 1995 correspondiam a 25,04% dos que tinham rendimentos de 2,01 SM a 3 SM. No ano de 2005, este número permaneceu quase que inalterado sendo de 24,75%. Em 1995, 22,21% das mulheres recebiam entre 1,01 SM a 1,5 SM; no ano de 2005 este número elevou-se em mais de cem por cento, visto que 46,85% das mulheres passaram a receber esta remuneração.

Com oitava série completa, em 1995, a maioria dos homens estavam na faixa de rendimentos de 2,01 SM a 4 SM. Com este mesmo nível de escolaridade a maioria das mulheres estavam na faixa de 1,51 SM a 3 SM. Neste mesmo ano observou-se uma maior concentração salarial nas faixas entre 2,01 SM a 4 SM para os homens (37,04%) e 1,5 SM a 3 SM para as mulheres (48,18%).

Considerando aqueles com nível superior completo, na faixa de rendimentos com mais de 20 SM os homens em 1995 eram maioria, com 25,99%, enquanto as mulheres eram apenas 8,74%. Já no ano de 2005 observa-se um decréscimo, tanto no número de homens (14,66%) quanto de mulheres (4,07%) que recebiam esta faixa salarial

Tabela 8: Distribuição percentual de postos formais de trabalho, segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na Região Sul nos anos de 1995 e 2005.

Masculino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	0,19	1,02	0,23	0,21	0,16	0,30	0,35	0,31
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	2,03	3,24	1,93	1,98	1,23	1,78	0,95	1,45
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	11,89	29,05	5,31	14,80	2,84	11,38	1,16	2,54
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	16,85	27,54	9,85	17,96	4,79	16,07	1,84	3,90
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	25,04	24,75	17,15	30,57	10,81	25,27	5,82	8,02
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	16,74	7,59	19,89	15,09	12,05	14,07	5,51	8,02
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	9,05	2,95	12,33	8,51	10,82	10,71	5,38	8,24
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	7,96	1,43	15,57	6,34	15,16	8,98	11,50	13,83
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	3,59	0,54	6,90	2,18	14,14	5,38	14,40	14,79
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	2,43	0,25	4,27	1,05	13,08	3,20	14,97	14,43
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	0,91	0,08	1,71	0,26	5,97	1,28	9,75	9,22
Mais de 20,00 salários mínimos	0,85	0,06	3,03	0,23	7,17	0,89	25,99	14,66
Ignorado	2,47	1,50	1,84	0,80	1,78	0,69	2,38	0,59
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Feminino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	0,47	1,82	0,29	0,66	0,09	0,23	0,17	0,23
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	6,74	8,95	3,67	7,72	1,52	3,17	0,75	1,18
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	22,21	46,85	13,58	40,31	5,02	22,31	1,48	3,61
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	26,20	25,81	22,61	24,22	10,01	22,63	2,73	7,20
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	21,75	11,62	25,57	15,25	25,64	24,20	14,66	15,71
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	7,97	1,82	12,75	5,07	17,09	11,08	11,40	13,50
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	3,84	0,62	6,61	2,45	10,41	6,02	7,94	11,87
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	3,15	0,18	5,80	1,97	12,13	5,48	14,11	16,99
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	1,91	0,15	3,36	0,85	8,44	2,76	17,07	13,34
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	2,54	0,06	2,24	0,29	5,32	1,17	13,61	8,35
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	0,88	0,00	1,18	0,06	1,77	0,33	6,01	3,60
Mais de 20,00 salários mínimos	0,49	0,00	1,33	0,04	1,27	0,21	8,74	4,07
Ignorado	1,85	2,14	1,02	1,10	1,28	0,41	1,32	0,35
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

4.6.5 Descrição da distribuição percentual dos postos de trabalho segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na região centro-oeste

No ano de 1995, na faixa salarial correspondente à 1,01 SM a 1,5 SM, 13,12% dos analfabetos eram homens, enquanto 22,77% eram mulheres. No ano de 2005 esta diferença de rendimentos foi mais acentuada, visto que 23,59% eram homens e 65,70% mulheres.

Com oitava série completa em 1995, a maioria dos homens estavam na faixa de rendimentos de 2,01 SM a 4 SM. Entre as mulheres a maioria estava entre 1,51 SM a 3

SM.

Aqueles que possuem nível superior completo, na faixa de rendimentos com mais de 20 SM os homens em 1995 eram de 30,50%, e as mulheres 11,78%. Já no ano de 2005, 25,58% dos homens recebiam mais de 20 SM, enquanto que apenas 11,04% das mulheres. Como nas demais regiões, as mulheres com maior nível de escolaridade não estão conseguindo ter um aumento substancial em seus rendimentos, quando comparados à remuneração dos homens, mesmo expandindo o nível de escolaridade, permanece o diferencial de renda entre os sexos.

Tabela 9: Distribuição percentual de postos formais de trabalho, segundo gênero, remuneração e nível de escolaridade na Região Centro-Oeste nos anos de 1995 e 2005.

Masculino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	0,10	1,93	0,17	0,21	0,11	0,07	0,23	0,17
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	1,93	8,21	1,78	1,88	1,06	1,67	0,66	0,83
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	13,12	23,59	6,32	16,38	3,11	12,36	0,96	1,89
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	13,77	18,89	9,97	13,93	4,59	12,01	1,46	2,33
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	20,13	20,74	16,99	37,65	10,84	13,92	4,46	4,78
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	11,82	10,25	17,62	8,75	9,77	9,90	4,56	5,50
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	6,95	5,53	11,44	5,03	8,73	13,12	5,08	5,90
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	7,34	4,38	13,70	8,69	12,59	15,58	10,19	9,44
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	6,28	1,49	7,77	4,27	14,65	10,40	12,48	11,64
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	4,98	0,46	4,71	1,73	16,08	6,73	13,84	18,92
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	2,81	0,08	1,87	0,37	6,75	1,56	12,99	12,59
Mais de 20,00 salários mínimos	8,42	0,09	3,31	0,76	8,72	2,51	30,50	25,58
Ignorado	2,36	4,36	4,35	0,36	2,99	0,16	2,58	0,43
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Feminino	Analfabeto		8ª série completa		2º grau completo		Superior completo	
	1995	2005	1995	2005	1995	2005	1995	2005
Até 0,5 salário mínimo	0,18	0,32	0,22	0,73	0,08	0,16	0,14	0,16
De 0,51 a 1,00 salário mínimo	3,35	6,42	3,64	4,99	1,61	3,52	0,63	1,03
De 1,01 a 1,50 salários mínimos	22,77	65,70	16,49	39,03	6,27	26,13	1,58	3,49
De 1,51 a 2,00 salários mínimos	13,12	19,42	21,08	17,09	10,10	20,01	2,50	4,42
De 2,01 a 3,00 salários mínimos	12,63	6,15	23,91	11,94	22,58	17,83	11,85	9,99
De 3,01 a 4,00 salários mínimos	5,10	0,59	11,96	5,84	15,21	7,81	10,05	10,39
De 4,01 a 5,00 salários mínimos	2,79	0,11	6,27	5,39	9,91	5,68	7,95	10,17
De 5,01 a 7,00 salários mínimos	5,14	0,32	5,73	9,82	11,63	7,89	14,00	13,82
De 7,01 a 10,00 salários mínimos	7,64	0,11	3,77	3,06	9,19	5,29	16,83	14,28
De 10,01 a 15,00 salários mínimos	4,76	0,00	2,57	0,91	6,66	3,18	14,02	15,22
De 15,01 a 20,00 salários mínimos	5,04	0,00	1,34	0,21	2,84	0,83	7,32	5,67
Mais de 20,00 salários mínimos	16,40	0,05	1,67	0,46	2,63	1,41	11,78	11,04
Ignorado	1,09	0,80	1,34	0,52	1,30	0,27	1,36	0,31
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: RAIS/MTE

4.7 Análise comparativa

Muitas mulheres jovens, até metade do século XX, introduziam-se no mercado de trabalho enquanto solteiras, contudo abandonavam as ocupações fora do lar depois do nascimento dos filhos e só regressavam ao mercado de trabalho na falta do companheiro, para garantir a sobrevivência da família. Atualmente, a tendência predominante é de as mulheres buscarem permanecer ocupadas, e conciliar a vida doméstica, trabalho e educação dos filhos.

Pode-se observar que entre os anos de 1995 a 2005 em todas as regiões as mulheres tiveram um crescimento em sua participação no mercado de trabalho. Alguns fatores contribuíram para o crescimento da taxa de participação feminina, entre os quais, a necessidade de compor a renda familiar, desemprego do chefe de família, ausência do cônjuge e desejo pessoal de realização. Isto pode ser associado ao fato de o crescimento econômico no Brasil ter sido reativado após 1995, proporcionando menores faixas de inflação, diminuição do déficit fiscal e uma intensa modernização em importantes setores da economia.

A região que apresentou uma maior participação feminina mercado no trabalho foi a região nordeste, o que pode ser relacionado a cultura e economia da região, visto a remuneração da região é a mais baixa do país, havendo a necessidade de complementação da renda familiar por parte das mulheres (considerando o fato das famílias possuírem maior número de membros comparadas às outras regiões brasileiras).

Já a região que observou menor participação da mulher inserida no setor de serviços foi a região centro-oeste. Uma das justificativas pode ser embasada no fato de o centro político do país estar localizado nesta região, sendo grande parte dos cargos políticos administrativos serem ocupados por homens; embora a participação feminina venha crescendo nos últimos anos conforme foi observado.

A dificuldade do aumento da inserção feminina deriva, em grande parte, das barreiras impostas pelas organizações para contratá-las. As justificativas frequentes são os altos custos relacionados à manutenção de mulheres no emprego. Devido ao risco de engravidarem, à obrigatoriedade de concederem alguma flexibilidade nos horários da mãe para amamentar seus filhos nos primeiros meses de vida e por terem de arcar com custos de manutenção de creche em que as crianças fiquem no horário de trabalho da mãe (DIEESE, 2001).

Pode-se verificar uma diferença de remuneração entre homens e mulheres no período analisado. A região que apresenta mais desigualdade salarial em 1995 foi a região nordeste, com as mulheres recebendo 34,92% a menos que os homens; porém, essa diferença diminuiu para 21,32% em 2005. A menor diferença observada no período foi na região centro-oeste, pelo fato de esta abrigar o Distrito Federal, em que há maior concentração de altos salários. Embora nessa região as mulheres recebam 19,25% menos que os homens; há uma tendência de elevação da participação feminina no país, visto que em todas as regiões analisadas, ainda que continue havendo diferenças salariais entre os gêneros, estas vêm decrescendo ao longo dos anos. Isto pode ser explicado pelo fato de um aumento no nível de escolaridade geral da população, que vem conscientizando-se da importância da mulher no mercado de trabalho; bem como a segmentação do mercado de trabalho por gênero, em que são aproveitadas as condições sociais específicas da mulher a fim de elevar a produtividade, controle gerencial e conseqüentemente os lucros (CASTELLS, 1999a).

Em relação a jornada de trabalho e a faixa etária observa-se que há uma homogeneidade em relação ao número de horas trabalhadas e a idade das trabalhadoras, visto que a pesquisa analisou postos formais de trabalho, que possuem uma legislação que normatiza essas relações.

Ao considerar os índices de analfabetismo entre as regiões notou-se uma estreita relação entre nível de escolaridade e renda. Pode-se observar que nas regiões estudadas a concentração de trabalhadoras analfabetas se encontra na faixa de rendimento até 1,5 salários mínimos.

De maneira geral não existe grande diferença de remuneração entre os trabalhadores de oitava série e segundo grau completo, sendo esta mais acentuada entre os trabalhadores que possuem nível superior completo, em que os salários pagos as mulheres são inferiores aqueles pagos aos homens, segundo a tendência observada no país ao longo dos anos. A maior diferença observada entre os trabalhadores com nível superior recebendo mais que vinte salários mínimos foi observada também na região centro-oeste, pelos mesmos fatores citados anteriormente. Em contrapartida, a região que apresentou menor desigualdade foi a região norte, podendo ser relacionado ao fato desta apresentar menores índices de conclusão de nível superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar a expansão do trabalho feminino no setor serviços, nas regiões brasileiras nos anos de 1995 a 2005. Para isto procurou-se inicialmente, compreender o conjunto de transformações econômicas que ocorreram no cenário mundial nas últimas décadas do século XX e seus impactos sobre o mundo do trabalho.

O período pós 1970 foi marcado por importantes mudanças nas formas de produzir, que geraram consequências avassaladoras sobre o mundo do trabalho. Este foi o momento da globalização econômica, cuja principal característica foi a reestruturação produtiva gerada a partir da terceira revolução industrial.

Estes aspectos foram descritos no segundo capítulo, em que identificou-se as principais transformações ocorridas nas últimas décadas do século XX; destacando-se a desestruturação do modo de produção “fordista” e o surgimento de novas formas mais flexíveis de produção. A partir disto a feminização do mundo do trabalho aumenta, porém com as mulheres transformando-se em mão-de-obra com remuneração mais baixa e ocupando postos de trabalho classificados como mais desqualificados perante o mercado formal.

O terceiro capítulo destacou as questões mais específicas do setor serviços, como a atividade econômica e o mercado de trabalho. Buscando-se verificar a importância deste setor na economia do Brasil. Apesar das dificuldades de mensuração e caracterização, verifica-se que este é responsável por grande parte da geração de emprego e riqueza do país.

O capítulo quarto tratou especificamente do papel da mulher no mercado formal de trabalho no setor serviços nas cinco regiões do Brasil. Observou-se que a participação da mulher no mercado de trabalho vem aumentando.

A região que apresentou uma maior participação feminina no mercado de trabalho foi a região nordeste. Em contrapartida, a que mostrou uma menor participação foi a região centro-oeste (embora seja a região que apresentou maior crescimento – 69,95%).

Quando verificados os rendimentos, no Brasil, observa-se que estes são muito heterogêneos, com diferenciações entre as regiões e segundo o sexo. Verifica-se que os salários femininos em todas regiões são mais baixos durante todo o período analisado. A região que possui maior desigualdade de remuneração é a região nordeste, já a região

centro-oeste possuiu a menor diferença de rendimentos entre os sexos.

No que diz respeito a gênero e a faixa etária, a maioria dos trabalhadores em todas as regiões têm idade entre 30 e 49 anos. A presença feminina no mercado de trabalho pode ser observada a partir dos 30 anos. Em relação à jornada de trabalho, as mulheres estão em sua maioria, concentradas entre 31 a 40 horas e 41 a 44 horas.

Comparando-se ainda, remuneração por gênero e escolaridade, observa-se disparidade entre homens e mulheres. Quando analisados os níveis mais baixos de escolaridade as diferenças são menores, porém quando verifica-se homens e mulheres com nível superior completo, as diferenças são acentuadas. Nas cinco regiões observa-se que os homens com nível superior completo em sua maioria, estão na faixa salarial de mais de 20 salários mínimos, mostrando que, mesmo com o aumento do nível de escolaridade das mulheres brasileiras, a diferenciação salarial em relação aos homens não diminuiu significativamente.

Considerando os fatores anteriormente citados, pode-se observar que na região centro-oeste existe uma maior disparidade entre o gênero, tanto em participação quanto em nível de remuneração.

Embora seja observado que as mulheres brasileiras no setor de serviços busquem uma maior participação no mercado formal de trabalho, investindo cada vez mais em qualificação a fim de aumentar sua competitividade frente aos homens; as mesmas continuam enfrentando preconceitos, tais como menores níveis salariais, ocasionados pela desvalorização de sua mão-de-obra, tida como inferior aquela atribuída aos homens.

REFERÊNCIAS

ALVEZ, Giovanni. **Trabalho e mundialização do capital**: a nova degradação do trabalho no capitalismo global. Londrina: Parxis, 1999.

ANDRADE, Fabrício Fontes de. **Reestruturação produtiva**: dos novos padrões de acumulação capitalista ao novo parâmetro de políticas sociais. 2004. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/010/10andrade.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negociação do trabalho. 6. ed. São Paulo: Boitempo, 2002.

BALTAR, Paulo. Dinâmica das ocupações e dos rendimentos do trabalho no Brasil. In: DIEESE; CESIT. **O trabalho no setor terciário**: emprego e desenvolvimento tecnológico. São Paulo: Dieese, 2005. p. 53-66.

BEUREN, Ilse Maria (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudança no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Editorial Studium, 2004.

CARLOTO, Cássia Maria. **Gênero, reestruturação produtivo e trabalho feminino**. 2002. Disponível em: <http://www.ssrevista.uel.br/c_v4n2_carlotto.htm>. Acesso em: 21 abr. 2007.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**: a era da informação: economia, sociedade e cultura. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. 1 v.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. a era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo, Paz e Terra, 1999a. 2 v.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. Emprego e Qualificação no Brasil dos Anos 90. In: OLIVEIRA, Marco A. de (org.): **Reforma do Estado e Políticas de Emprego no Brasil**. Campinas, Unicamp, 1998.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: Dieese, 2001.

FERREIRA, José Otávio de Souza. Modernização econômica, Estado e relações de

trabalho no Brasil. In: DIEESE; CESIT. **O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico.** São Paulo: Dieese, 2005. p. 219-239.

GARBIN, Sandra. **Trabalho feminino e terceirização: um estudo de caso.** Monografia submetida ao departamento de graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho?: um olhar voltado para a empresa e a sociedade.** São Paulo: Boitempo, 2002.

KON, Anita. **A Economia Política do Gênero: Determinantes da Divisão do Trabalho.** 2002. Disponível em: <<http://www.rep.org.br/pdf/87-5.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2007.

KON, Anita. **Padrões de distribuição das remunerações do trabalho no Brasil: diferenças regionais.** 2007. Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2001/artigos/200105063.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2007.

KON, Anita. **Atividades terciárias: induzidas ou indutoras do desenvolvimento econômico?** 2007. Disponível em: <<http://www.ie.ufrj.br/prebisch/pdfs/4.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2007.

KON, Anita. **Transformações recentes na estrutura: Impactos sobre o gênero.** 1999. Disponível em: <<http://www.eaesp.fgvsp.br/AppData/GVPesquisa/Rel19-1999.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2007.

KRELING, Norma Hermínia. **Maior participação da mulher madura no mercado de.** 2005. Disponível em: <<http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/download/mulher/2005/artigo9.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2007.

LOBO, Elisabeth Souza. **A Classe Operária tem dois sexos.** São Paulo: Brasiliense, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, Gilberdo de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalho de conclusão de curso.** São Paulo: Atlas, 2000.

MATTEI, Lauro; VENTURI, Aline Zeli. **Evolução do emprego formal em Santa Catarina.** Florianópolis: CNM/UFSC, 2007. (Texto para discussão, n° 01)

MATTEI, Lauro. **Globalização econômica e exclusão social: duas faces de uma mesma**

moeda. Uberlândia: Economia - Ensaios, 2002.

MEIRELLES, Dimária Silva e. **O conceito de serviço**. 2006. Disponível em: <http://www.ie.ufu.br/ix_enep_mesas/Mesa%2010%20-%20Economia%20Industrial%20e%20servi%C3%A7os%20I/O%20CONCEITO%20DE%20SERVI%C3%87O.PDF>. Acesso em: 14 maio 2007.

MELO, Hildete Pereira de et al. **O setor serviços no Brasil: uma visão global - 1985/95. 1998**. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/td/td0549.pdf>>. Acesso em: 15 maio 2006.

MELO, Hildete Pereira de. **Mulheres, Reestruturação Produtiva e Pobreza**. 2004. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/mujer/reuniones/quito/HildeteQuito1.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2007.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Base estatística**. 1995 – 2005. CD-ROM

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **A Feminização no Mundo do Trabalho**. São Paulo: Autores Associados, 2004.

OIT. **Tendências mundiais do emprego para as mulheres 2007**: Estudo da OIT alerta sobre a feminização da pobreza entre os trabalhadores. 2007. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br/news/nov/ler_nov.php?id=3059>. Acesso em: 01 jun. 2007.

ORBAN, Edouard. O serviço é um produto? In: DIEESE; CESIT. **O trabalho no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico**. São Paulo: Dieese, 2005. p. 11-20.

OURIQUES, Helton Ricardo; RAMOS, Ivoneti da Silva. Trabalho feminino no terceiro setor: o mito da emancipação feminina. In: PIMENTA, Solange Maria; SARAIVA, Luiz Alex Silva; CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro setor: dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006. Cap. 7, p. 137-162.

PEDROSO, Márcia Naiar Cerdote. **Reestruturação produtiva e a formação do novo trabalhador**. 2006. Disponível em: <<http://www.angelfire.com/sk/holgonsi/mnaiar.html>>. Acesso em: 19 abr. 2007.

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. São Paulo: Contexto, 2002.

PRONI, Marcelo Weishaupt; SILVA, Ricardo Azevedo; OLIVEIRA, Hipólita Siqueira de. A modernização econômica no setor terciário no Brasil. In: DIEESE; CESIT. **O trabalho**

no setor terciário: emprego e desenvolvimento tecnológico. São Paulo: Dieese, 2005. p. 95-122.

SANCHES, Solange; GEBRIM, Vera Lucia Mattar. **O trabalho da mulher e as negociações coletivas.** 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300007>. Acesso em: 27 jun. 2007.

SANDEN, Ana Francisca Moreira de Souza. **A mulher e o mercado de trabalho no Brasil globalizado.** 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_iefi.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **As mulheres e o mercado de trabalho.** 2005. Disponível em: <http://www.universia.com.br/html/materia/materia_daba.html>. Acesso em: 28 jun. 2007.

VIEIRA, Taiana Jeruza. **A expansão do trabalho feminino no mercado formal de trabalho catarinense nos anos de 1990.** Monografia submetida ao departamento de graduação em Ciências Econômicas. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.